



UC/FPCE — 2018

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais de estudantes universitários
acerca de pessoas com deficiência intelectual e
respetiva integração socioprofissional**

Ana Luísa Sousa Manso (e-mail: ana.ls.manso@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do
Trabalho sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas com deficiência intelectual e respetiva integração socioprofissional

A presente dissertação teve como objetivo aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais de estudantes universitários sobre as pessoas com deficiência intelectual e sua integração na sociedade e no mundo do trabalho, através da utilização de grupos focais. Realizou-se uma análise temática dos dados recolhidos e identificaram-se os principais temas. Os resultados demonstram que a percepção das pessoas com deficiência intelectual é, de certa forma, ambivalente no que diz respeito à sua integração socioprofissional. Conclui-se que, devido à falta de informação geral acerca deste tema, e apesar de se verificar algum otimismo na visão dos participantes, as representações sociais acerca da deficiência intelectual ainda enfrentarão muitas barreiras psicossociais.

Palavras chave: deficiência intelectual, integração socioprofissional, representações sociais, grupos focais.

Social representations of university students on people with intellectual disabilities and their socio-professional integration

This dissertation aimed to deepen the knowledge on social representations of university students about people with intellectual disabilities and their integration into society and the world of work using focus groups. A thematic analysis of the collected data was carried out and the main themes were identified. The results show that the perception of people with intellectual disabilities is to some extent ambivalent regarding their socio-professional integration. It is concluded that due to the lack of general information on this subject, although some optimism is verified in the participants' view, social representations on intellectual disability will still face a lot of psychosocial barriers.

Key words: intellectual disability, socio-professional integration, social representations, focus groups.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim.

Aos participantes deste estudo.

À Ju.

Aos amigos.

À família.

À Desconcertuna.

Obrigada.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual	2
II – Objetivos.....	11
III – Metodologia.....	12
IV – Resultados	13
V – Discussão.....	19
VI – Considerações finais.....	25
Referências	26
Anexos.....	29

“esse ‘coitadinho’ não é pena nenhuma nem uma vontade de agir, é uma maneira que nós temos de olhar para uma situação pela qual somos impotentes porque queremos e continuamos a manter-nos impotentes” (P3:2)

Introdução

Desde os primórdios da vida humana que a diferença tem sido utilizada como motivo de exclusão e discriminação, em favor daquilo que é considerado normal a cada momento na nossa história. A deficiência não tem sido exceção às consequências deste pensamento hegemónico ao longo dos tempos, seja ela deficiência motora ou intelectual (Fontes, 2009).

Desde os tempos em que a deficiência era atribuída ao divino e ao sobrenatural, em que as pessoas eram expostas ou marginalizadas na Antiga Grécia, passando pelo advento da medicina e da ciência, em que a deficiência passa a ser um problema individual e fisiológico e a discriminação adquire uma forma institucionalizada com a criação de instituições de reabilitação que de certa forma afastaram parte destas pessoas da vida em sociedade, até aos dias de hoje, em que predomina uma abordagem social, segundo a qual a exclusão se deve não à deficiência mas à forma como esta é socialmente construída (Fontes, 2016).

É no contexto social da deficiência intelectual que surge a pertinência de estudar as representações sociais que estão na base das concepções acerca da mesma. A teoria de Moscovici defende que as representações sociais são formas, relativamente estáveis e resistentes à mudança, de compreendermos e de comunicarmos o que sabemos sobre algo (Wilkinson & McGill, 2009). Contudo, as representações sociais são mais do que ferramentas psicológicas e sociais que orientam o nosso entendimento dos mundos em que vivemos. Ao suportar uma determinada versão da ordem social, as representações protegem determinados interesses em detrimento de outros, pelo que representações predominantes medeiam a construção social dominante da realidade e representações opostas contestam essas versões da realidade (Howarth, 2006). Ora, numa sociedade pautada pela discriminação para com a diferença, torna-se ainda mais imperativo lutar pela melhoria de condições de vida das pessoas com deficiência intelectual, especialmente quando as mesmas poderão não ser autossuficientes para o fazer de forma eficiente.

Esta dissertação tem como objetivos aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais de estudantes universitários sobre pessoas com deficiência intelectual e perceber de que forma percecionam a integração destas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho, bem como que propostas sugerem para melhorar essa integração. Para este estudo, seleccionou-se uma

metodologia que pretende não só aceder às representações sociais dos participantes, mas também exercer alguma forma de ativismo e mudança social. Assim, recorrendo aos grupos focais, visou-se apelar à consciência dos participantes acerca desta temática, através da discussão e partilha de opiniões potenciada por esta metodologia em particular (Braun & Clarke, 2013).

Deste modo, num primeiro momento procura-se enquadrar a temática da deficiência intelectual no contexto das representações sociais. Apresentam-se, em seguida, os objetivos e metodologia utilizada na recolha e análise dos dados. Num terceiro momento, expõem-se os resultados encontrados e finaliza-se com a discussão dos mesmos e algumas considerações finais.

I – Enquadramento conceptual

Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais surge com Moscovici, a partir de um conjunto de influências filosóficas, antropológicas, sociológicas e psicológicas, desenvolvendo-se particularmente a partir das obras de Durkheim e Lévy-Bruhl. Para estes autores, as representações eram coletivas e decidiam o modo de agir, pensar e sentir de cada indivíduo de um grupo, já que eram estabelecidas por uma vontade geral, coletiva e coerciva (Santos & Dias, 2015), que incluía elementos abrangentes como a ciência e a ideologia (Voelklein & Howarth, 2005).

Pelo contrário, Moscovici argumenta que o indivíduo é um ser provido de vontades próprias, capaz de interferir na formação social (Santos & Dias, 2015) e que a noção de representação coletiva de Durkheim não reflete a natureza heterogénea e em constante mudança das sociedades modernas, pelo que introduz o conceito de Representação Social (Voelklein & Howarth, 2005). Nas palavras de Moscovici (1988, p. 219):

Nos nossos dias, portanto, a representação coletiva como era definida não é mais uma categoria geral, mas um tipo especial de representação entre muitos com características diferentes. Parece descabido, de qualquer forma, considerar as representações como homogéneas e compartilhadas, como tal, por toda uma sociedade. O que desejamos enfatizar ao desistir da palavra "coletivo" é essa pluralidade de representações e a sua diversidade dentro de um grupo.

É então com Moscovici, na sua obra *Psicanálise: sua imagem e seu público* (1961) – em que estuda a difusão do conceito científico de psicanálise junto do público francês (Voelklein & Howarth, 2005) –, que assistimos a um ponto de viragem no qual transitamos de uma visão do indivíduo separado do meio social para uma visão em que se considera “não existir separação entre o universo interno do indivíduo e o universo externo a este”, sendo estes complementares (Santos & Dias, 2015, p. 182). Moscovici (1988) afirma ainda que não é nem a contribuição individual nem a grupal que nos permite apelidar de sociais as representações, mas sim o facto de estas serem moldadas por um processo de troca e interação.

É nestes moldes que Moscovici (1973, p. xiii, citado por Voelklein & Howarth, 2005, p. 5) propõe a seguinte definição para representação social:

Um sistema de valores, ideias e práticas com uma função dupla; primeiro, estabelecer uma ordem que permita que os indivíduos se orientem no seu mundo material e social e que o dominem; e, em segundo lugar, permitir que a comunicação ocorra entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código de troca social e um código para nomear e classificar inequivocamente os vários aspetos do seu mundo e da sua história individual e grupal.

Esta definição enfatiza o suporte das representações sociais na atribuição de significado ao mundo em que vivemos e na interação que estabelecemos no mesmo com outros membros sociais. Têm como função principal a de nos familiarizar com o desconhecido, já que este pode constituir uma ameaça às nossas realidades socialmente construídas (Voelklein & Howarth, 2005).

Jodelet (2001) propõe também que as representações são formas de conhecimento com objetivo prático, partilhadas e elaboradas socialmente, que contribuem para a construção da realidade de um grupo social. Na sua visão, as representações sociais distanciam-se do conhecimento científico tradicional, na medida em que valorizam o senso comum, não perdendo por isso importância, alegando a existência e legitimidade deste objeto de estudo (Santos & Dias, 2015). Doise (2002, p. 67), de forma breve, define as representações sociais como os “princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos”.

Uma particularidade das representações sociais é que as mesmas não são uma mera reflexão ou reprodução da realidade externa, existindo espaço simbólico no desenvolvimento e negociação de representações, o que faz com que todos os seres humanos tenham a capacidade de as mudar e utilizar criticamente. Esta característica surge no seguimento da rutura com a noção de representação de Durkheim e permite a coexistência de versões concorrentes e por vezes contraditórias da realidade numa mesma comunidade, cultura ou indivíduo (Voelklein & Howarth, 2005). A título de exemplo temos os estudos realizados por Doise (2002) sobre as representações sociais dos direitos humanos, em que os participantes aderem facilmente aos princípios gerais, no entanto, tratando-se de um facto trivial em que um desses direitos foi violado, os participantes são mais benevolentes no seu julgamento.

Segundo Moscovici (2010), a formação das representações surge no seguimento da necessidade de atribuímos significado ao desconhecido e dá-se através de dois processos: ancoragem e objetivação, contendo cada um deles três fases (Jodelet, 2008).

A ancoragem tem como função a atribuição de significado a objetos não familiares e caracteriza-se pela inserção da informação num quadro conceptual existente, sua interpretação com base na significação atribuída e instrumentalização do produto (Jodelet, 2008; Santos & Dias, 2015).

A objetivação, por sua vez, tem como função transformar o conhecimento abstrato dos indivíduos em algo concreto, passando pelas fases de seleção de informação, esquematização da mesma e naturalização (projeção dos construtos representacionais em entidades concretas no mundo real) (Jodelet, 2008; Santos & Dias, 2015).

As duas primeiras fases de cada um dos processos estão relacionadas com a constituição interna sob controlo social e a terceira com a sua utilização ao lidar com o mundo externo, enfatizando a relação dialética entre as condições sociais e a construção social da realidade, num movimento circular entre o mundo e o pensamento (Jodelet, 2008). Cada representação pode assim ser entendida como estando inserida num triângulo de interações, de acordo com Moscovici (1984, citado em Voelklein & Howarth, 2005). Nos vértices deste triângulo encontramos o objeto (alvo da representação), o indivíduo e o grupo social no qual se insere o indivíduo, não sendo suficiente a relação indivíduo-objeto para compreender completamente a natureza social da

representação. Ou seja, é necessário que o indivíduo esteja em relação com o outro, num contexto social, para que se possa construir uma realidade que é intersubjetiva e possua um código partilhado, permitindo a comunicação e interação social.

Ao longo da sua formulação, a teoria das representações sociais tem sido alvo de duras críticas, constituindo-se como uma das teorias mais controversas da psicologia social contemporânea. A título de exemplo, os estudos sobre representações sociais podem ser vistos como uma mera “*grounded theory* ingénua”, com base nas ideias do senso comum (Valentim, 2013, p. 161). No entanto, autores como Voelklein e Howarth (2005), consideram que, enquanto algumas críticas podem ser consideradas como falhas de compreensão, outras deverão ser tratadas de forma séria e construtiva para melhorar e desenvolver a teoria.

Não obstante as críticas, o carácter difuso da Teoria das Representações Sociais é inegável e pode ser corroborado pelo crescente número de publicações no final do século XX (Jodelet, 2008; Voelklein & Howarth, 2005) e pela quantidade de temas impulsionados pela mesma, merecendo, portanto, continuar a ser revista e publicada (Jodelet, 2008).

A teoria de Moscovici é hoje considerada uma teoria sistémica e seminal, importante para o futuro desenvolvimento da psicologia social na medida em que impulsionou e continua a impulsionar novas reformulações (Jodelet, 2008). A teoria das representações sociais ganha particular relevo no campo da deficiência, onde as pessoas com deficiência são frequentemente associadas a papéis desviantes como “objeto de piedade”, “santo inocente”, “objeto de ridículo” ou até mesmo como “ameaça”. Quando uma pessoa com deficiência intelectual é percecionada como uma ameaça, esta é tratada como tal e pode inclusive viver com base nessas expetativas, tornando-se improvável que o indivíduo desenvolva atitudes positivas e se integre na sociedade (Wilkinson & McGill, 2009). O estudo de Valentim e Dinis (2014) junto de pessoas com deficiência intelectual demonstra que as mesmas têm noção do estigma associado à deficiência intelectual ao rejeitarem o preconceito e tentarem distanciarem-se de outros indivíduos com deficiência intelectual, quando lhes é pedido que definam a deficiência.

Deficiência Intelectual

Ao longo dos anos a deficiência intelectual tem justificado a exclusão e discriminação de milhares de pessoas. Desde a Antiguidade Clássica em que os “deficientes” eram totalmente afastados da interação com as restantes pessoas até ao século XIX, em que começou, finalmente, a notar-se o interesse científico sobre esta questão (Silva & Coelho, 2014), muitas foram as variações no que toca aos termos utilizados para a nomear (Shalock et al., 2007). No entanto, apesar das variações no termo, a investigação indica que, ao longo do tempo, a mesma população tem sido descrita pelos diferentes termos (Shalock et al., 2007).

Não obstante, é inegável que a escolha de um termo para determinado conceito tem que ser ponderada e ter em conta as consequências da sua utilização. Como tal, Lukasson e Reeve (2001, citado por Shalock et al., 2007) propõem cinco fatores a ter em conta na escolha de um termo: ser específico, referente a uma única entidade e permitir diferenciação; ser utilizado por diferentes *stakeholders*; representar adequadamente o conhecimento atual e permitir incorporar novo conhecimento; ser suficientemente robusto na sua operacionalização; comunicar valores importantes para o grupo que nomeia.

Com base nos critérios acima, Shalock et al. (2007) propõem o conceito de deficiência intelectual, argumentando que o mesmo, entre outras razões, é menos ofensivo para pessoas com deficiência, é mais consistente com a terminologia internacional e reflete as mudanças no constructo de deficiência pela Organização Mundial de Saúde (WHO) (Shalock et al., 2007).

Neste sentido, o termo deficiência intelectual é definido pelos mesmos autores como as limitações significativas tanto ao nível do funcionamento intelectual como ao nível das capacidades adaptativas conceptuais, sociais e práticas (Shalock et al., 2007). O consenso acerca da definição, a par com o do termo, é também fundamental, já que é a definição que irá tornar alguém elegível ou não para determinado serviços, benefícios, proteções e apoios, bem como dispensado de determinadas tarefas e responsabilidades (Shalock et al., 2007).

Nos anos 70, nos EUA, começa a ouvir-se falar no conceito de *independent living* ou vida independente, surgindo com ele o Movimento de Vida Independente que procurou redirecionar as políticas relacionadas com as pessoas com deficiência. Foram criados também Centros de Vida Independente geridos por pessoas com deficiência, cujo objetivo era

providenciar um leque inovador de serviços e sistemas de suporte desenhados por pessoas com deficiência para possibilitar a sua participação na comunidade. Este conceito assenta assim em dois pressupostos básicos: o primeiro afirma que independentemente da natureza, complexidade e/ou severidade da incapacidade, todos os seres humanos têm o mesmo valor e o direito de participarem em todas as áreas da vida comunitária; o segundo princípio defende que independentemente do carácter ou severidade da incapacidade, os indivíduos deveriam ser incentivados a tomar decisões e a exercer controlo no seu dia-a-dia (Barnes & Mercer, 2005).

Esta abordagem de vida independente para pessoas com deficiência ganhou lugar junto da investigação científica e propôs o entendimento da deficiência como uma construção social e, posteriormente, como forma de opressão social por parte de uma sociedade “deficientizadora”. Após a entrada do conceito de vida independente no Reino Unido, a Union of Physically Impaired Against Segregation¹ (UPIAS) definiu a deficiência como as barreiras sociais adicionais impostas por uma sociedade intolerante para com pessoas com deficiência, opondo-se assim à abordagem clínica focada nas limitações funcionais que colocava as pessoas com deficiência como um problema, legitimando a sua exclusão do mercado de trabalho (Barnes & Mercer, 2005; Fontes, 2009). Esta visão expandiu-se rapidamente a todas as deficiências, como por exemplo, a deficiência intelectual ou as dificuldades de aprendizagem (Fontes, 2009), apesar de existir sempre um vazio quando se trata de eliminar as barreiras psicossociais que se apresentam às pessoas com deficiência intelectual.

Oliver, em 1983, reformula as conceções da UPIAS no Modelo Social da Deficiência, destacando três pontos principais: as barreiras à inclusão social são criadas por ambientes, atitudes e culturas “deficientizadoras”; existe uma inter-relação destas barreiras no dia-a-dia destas pessoas, enfatizada por uma abordagem holística; valoriza igualmente e não nega a importância de intervenções individuais específicas nas vidas de pessoas com deficiência, mas enfatiza que estas intervenções são insuficientes para atingir inclusão numa sociedade preeminente construída por e para pessoas sem deficiência (Barnes & Mercer, 2005; Fontes, 2009)

A característica essencial deste modelo consiste assim na separação entre

¹ União dos Incapacitados Físicos Contra a Segregação
Representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas
com deficiência intelectual e respetiva integração socioprofissional
Ana Manso (ana.ls.manso@gmail.com) 2018

“deficiência” – que corresponde ao fenómeno socialmente construído que exclui e oprime as pessoas com alguma incapacidade – e “incapacidade” – correspondendo aos aspetos individuais, biológicos e corporais. “A deficiência não é, desta forma, criada pela incapacidade, mas sim pela sociedade que “deficientiza” as pessoas com incapacidades” (Fontes, 2009, p. 76).

Em Portugal, o Movimento de Pessoas com Deficiência surge a partir de 1974, apesar de já durante os anos 20 e 30 terem surgido as primeiras organizações de pessoas com deficiência que não tinham, no entanto, nenhum cariz político de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Várias associações foram procurando reivindicar os direitos destas pessoas, de que é exemplo a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), até que, em 2012, um conjunto de ativistas individuais criaram o Movimento (d)Eficientes Indignados que veio politizar a questão da deficiência, assim como radicalizar o Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal. É através deste movimento que se dão os primeiros passos a caminho do conceito de vida independente em Portugal.

Atualmente, encontra-se a decorrer a consulta pública sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), proposto pelo XXI Governo Constitucional. Entre 2017 e 2020 estão e serão implementados vários projetos-piloto, da responsabilidade dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), sendo que todos os projetos MAVI pressupõem a identificação de necessidades (pelos CAVI) e critérios de monitorização e avaliação final (INR, 2017).

Quer em Portugal, quer no resto do mundo, as pessoas com deficiências, em geral, encontram-se em maior número entre os grupos mais pobres, mais excluídos e com mais probabilidade de serem vítimas de violência, como muitos estudos têm demonstrado. No entanto, estes dados não resultam das características individuais das pessoas com deficiência, mas sim, da forma como a deficiência é socialmente contruída e das barreiras que impedem a vida destas pessoas em sociedade. E se, por um lado, as barreiras físicas são mais facilmente eliminadas (através da aplicação das leis existentes e da cedência dos recursos necessários), por outro, as barreiras psicológicas têm na sua base representações de deficiência construídas com o passar do tempo e

cristalizadas na forma de pensar e agir da sociedade (Fontes, 2016), o que torna a vida das pessoas com deficiência intelectual ainda mais comprometida.

As observações de Fontes (2016) apontam para a pertinência de estudos como este: é necessário entender as representações, atitudes e comportamentos que estão na base destas concepções para que medidas possam ser tomadas no sentido de melhorar a vida das pessoas com deficiência intelectual, cuja capacidade de desempenhar um trabalho esteja a ser vedada de ser posta em prática apenas por essas tais barreiras psicossociais.

Havendo poucos estudos acerca das representações sociais sobre a deficiência intelectual, o conhecimento que possuímos é escasso e não generalizável, no entanto, algumas investigações demonstram que existem vários fatores que afetam a forma como as pessoas com deficiência intelectual são representadas no senso comum.

O contacto anterior com pessoas com deficiência intelectual é uma das variáveis que mais parece afetar as atitudes para com esta população. De uma maneira geral, os resultados dos estudos que contemplam esta variável demonstram que a existência de contacto anterior tem um efeito positivo nas representações (Patka, Keys, Henry & McDonald, 2013; Tak-fai Lau & Cheung, 1999; Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004). Apesar destes resultados, existe ainda evidência de que a relação entre as variáveis seja complexa e não linear (Lyle & Simplican, 2015; Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004) e, ainda, resultados que apontam para a inexistência de uma relação (Yu, 2013).

O nível de educação apresenta-se também como uma variável que parece afetar as representações acerca da deficiência intelectual. Estudos como o de Yazbeck, McVilly e Parmenter (2004), Tak-fai Lau e Cheung (1999) e Patka et al. (2013) demonstram que quanto maior o nível de educação mais positivas são as atitudes direcionadas para as pessoas com deficiência intelectual. A idade, por sua vez, gera resultados mais incertos, com estudos a apontar no sentido de pessoas mais novas responderem mais positivamente (Tak-fai Lau & Cheung, 1999; Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004) e estudos a apontar o contrário (Patka et al., 2013).

O género, por último, tem sido estudado também como variável independente nos estudos das representações sociais deste tema e os resultados não são consistentes, mais uma vez. Enquanto que os homens

tendem a exibir menos atitudes discriminatórias e mais atitudes positivas nalguns estudos (Tak-fai Lau & Cheung, 1999; Yu, 2013), as mulheres são as que demonstram mais atitudes positivas noutros estudos (Patka et al., 2013).

A deficiência e o trabalho

Existe uma linha clara entre cidadania e exclusão que é acentuada pela importância que está associada ao trabalho pago. Esta preocupação com a cidadania é especificamente ressonante para pessoas com deficiência precisamente porque a cidadania está proeminentemente associada à capacidade de ser um agente económico ativo, estando implícito que o trabalho pago é privilegiado sobre outras formas de atividade (Barnes & Mercer, 2005).

A exclusão de pessoas com deficiência do mercado de trabalho tem sido irregular ao longo do tempo, conforme as necessidades da sociedade. Por exemplo, na 2ª Guerra Mundial observou-se um aumento dramático da empregabilidade de pessoas com deficiência, havendo também uma preocupação em empregar, após o fim da guerra, aqueles que ficaram lesados pela mesma. No entanto, rapidamente as políticas do mercado de trabalho relegaram estas pessoas novamente para a margem. Apesar de pequenas flutuações como estas, o facto é que os períodos de desemprego são constantemente mais longos do que aqueles em que pessoas com deficiência participam de forma ativa (Barnes & Mercer, 2005).

Correlacionadas com a exclusão social de pessoas com deficiência estão também a discriminação e a pobreza e exclusão social, fazendo com que estas pessoas continuem a figurar entre as mais desfavorecidas socialmente. Esta situação acentua-se ainda mais em sociedades desenvolvidas cuja organização é feita com base nas necessidades de pessoas sem deficiência (Fontes, 2009). De acordo com os Censos de 2001, existiam à data 70 994 pessoas com deficiência intelectual, o que corresponde a 0,7% da população portuguesa (INE, 2002). Apesar de pequena, esta é a percentagem de pessoas cujas famílias, anualmente, têm um custo adicional entre os 5 100 euros e os 26 300 euros para fazer face aos custos de oportunidade (de educação, trabalho, etc.) e às barreiras de uma sociedade organizada de forma não inclusiva (Fontes, 2016).

Segundo Stone (2001, citado por Fontes, 2009), existe um ciclo vicioso através do qual a pobreza gera incapacidade e a incapacidade, numa sociedade

“deficientizadora”, se transforma em pobreza. Neste sentido, “as pessoas pobres têm uma maior probabilidade para serem afetadas por uma incapacidade, e as pessoas com deficiência têm uma maior probabilidade de viverem na pobreza” (Priestley, 2001, p. 9, citado por Fontes, 2009, p. 74).

No entanto, a pobreza não decorre da deficiência, mas sim da forma como esta é construída, bem como de barreiras físicas, sociais e psicológicas erigidas relativamente à deficiência e às pessoas com deficiência (Fontes, 2009).

A preparação para o trabalho/profissionalização de pessoas com deficiência é discutida com base no pressuposto de que o trabalho é uma das principais vias de inclusão social, tendo um papel fundamental na minimização da estigmatização sentida por estes indivíduos. Através do trabalho o indivíduo com deficiência pode demonstrar as suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independente e autónoma (Mendes, Nunes, Ferreira & Silveira, 2004).

Consequentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da autoestima e nível de ajustamento pessoal. A educação para o trabalho constitui uma área prioritária, quer para os especialistas, quer para as pessoas com deficiência que, ao trabalhar, abandonam a sua condição de “especial” e se juntam à rotina diária das demais pessoas. Pelo contrário, a impossibilidade de trabalho aumenta a sua exclusão e acentua a sua dependência dos outros. É ainda importante que esse trabalho de capacitação seja feito de forma inclusiva para que, ao chegar ao mercado de trabalho, a pessoa tenha não só as competências técnicas, mas também as sociais (Martins, 2001; Mendes et al., 2004).

II – Objetivos

Através da presente investigação pretende-se aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais das pessoas com deficiência intelectual e a sua integração socioprofissional, junto de estudantes universitários. A pertinência deste estudo tem por base a escassez de investigações que foquem as representações sociais acerca das pessoas com deficiência intelectual, assim como a urgência de gerar soluções para criar um mundo para todos. Como foi referido na introdução, a metodologia desta investigação foi também selecionada pela sua capacidade de colocar as

peças a pensar, visando eventualmente questionar as representações sociais dos participantes acerca de determinados temas, através da discussão em grupo.

De forma mais específica, pretende-se:

1 – Perceber quais as representações sociais das pessoas com deficiência intelectual junto de estudantes universitários e de que forma, segundo as mesmas representações, as pessoas com deficiência intelectual são diferentes de pessoas bem-sucedidas social e profissionalmente.

2 – Perceber de que forma os participantes consideram que pessoas com deficiência intelectual são integradas no mundo do trabalho, quando esta integração acontece de facto.

3 – Compreender as propostas dos estudantes universitários para melhorar a integração de pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

III – Metodologia

Os dados deste estudo foram recolhidos junto de três grupos focais compostos por estudantes universitários de várias áreas de estudo (segundo a classificação da Direção Geral universitários, 1 participante da área das ciências, 11 de áreas de direito, ciência sociais e serviços, 1 da área de tecnologias e 2 da área de ciências da educação e formação de professores). Os dados foram recolhidos junto de um total de 15 participantes (6, 5 e 4 participantes em cada um dos grupos focais), sendo que 8 participantes eram do sexo feminino (53.3%) e 7 do sexo masculino (46.6%). A idade dos participantes variou entre os 17 e os 25 ($M=19.9$ e $DP=2.35$). Em relação ao contacto com pessoas com deficiência intelectual, 8 pessoas (53.3%) afirmaram conhecer alguém com deficiência intelectual, sendo que para 4 dos participantes essa pessoa era um(a) conhecido(a), para 3 participantes essa pessoa era um familiar, para um dos participantes era um(a) amigo(a) e para um dos participantes essa pessoa era um colega.

A realização dos grupos focais teve por base a utilização de um guião construído para o efeito (Anexo I) e contou ainda com a presença de uma assistente que auxiliou no registo de anotações pertinentes à análise, a quem se agradece a disponibilidade.

A confidencialidade e anonimato dos dados foi assegurada aos

participantes desde o momento em que aceitaram participar neste estudo e oficializada com a assinatura de um consentimento informado por cada um dos participantes no início de cada sessão focal. As mesmas tiveram lugar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UC, numa sala calma e sem distrações. A duração de cada sessão teve em média 42 minutos, variando, conforme o número de participantes, entre os 30 (mínimo) e os 56 minutos (máximo), aproximadamente. Para que se pudesse transcrever e analisar da forma mais fidedigna possível, foi feita uma gravação áudio de cada grupo focal.

A análise dos dados foi realizada segundo as premissas de Braun e Clarke (2006; 2013) sobre análise temática. Iniciou-se com a transcrição integral dos três grupos focais. Posteriormente, codificou-se todo o material considerado pertinente à luz das questões de investigação deste estudo, sendo que a cada unidade de análise – trecho significativo do material – se fez corresponder um código. Procedeu-se à análise dos códigos e ao agrupamento dos mesmos em potenciais temas, gerando-se um “mapa” temático da análise (Anexo II). Posteriormente os temas foram definidos e nomeados (Anexo III) para finalmente, serem selecionados os excertos do material que melhor capturam a ideia de cada tema, culminando com a redação do presente trabalho.

IV – Resultados

Antes de prosseguir para a apresentação da informação obtida a partir do tratamento de dados, considera-se importante informar o leitor de que a análise realizada segue a ideia de que contar respostas não é o propósito de toda investigação qualitativa, já que a importância de determinada ideia não é necessariamente determinada pela quantidade de vezes que foi afirmada (Braun & Clarke, 2013).

Não obstante a recolha de alguns dados biográficos dos participantes, os mesmos não serão utilizados na análise dos restantes dados recolhidos no âmbito deste estudo. Tratando-se de um estudo exploratório, em que o número de participantes foi reduzido, considera-se pertinente apresentar a análise considerando a amostra como um todo. Ao citar intervenções dos participantes para ilustrar os temas e respetivos códigos, utilizar-se-á um código que nos permitirá identificar o participante e o grupo focal em que participou, ou seja,

tratando-se do participante 1 do grupo focal 2 por exemplo, utilizar-se-á o código P1:2.

A análise dos dados recolhidos permitiu identificar dois temas abrangentes que se mostraram relevantes nas três sessões: o primeiro dos temas – *Fardo para a sociedade* – captura a ideia de que a pessoa com deficiência intelectual é, de alguma forma, um estorvo para a sociedade, cuja integração é, por diversas razões, difícil; o segundo tema abrangente – *Todos diferentes, todos iguais* – contempla ideias mais integradoras da pessoa com deficiência intelectual e coloca, de alguma forma, a responsabilidade na sociedade. Cada tema abrangente é composto por dois temas e, nalguns, foram identificados ainda subtemas.

Segue-se uma apresentação detalhada de cada um dos temas abrangentes e respetivos temas e subtemas, com referências ilustrativas das afirmações dos participantes (*cf.* Anexo IV, para ilustração mais exaustiva de cada um dos códigos identificados).

1. Fardo para a sociedade

O primeiro dos temas abrangentes identificados traduz ideias negativas acerca das pessoas com deficiência intelectual e da sua integração na sociedade e no mundo do trabalho. Assim sendo, os componentes foram organizados em dois temas: *visão negativa da pessoa com deficiência intelectual e integração difícil*.

Relativamente ao tema *visão negativa da pessoa com deficiência intelectual*, os participantes expressaram a ideia de que a pessoa com deficiência intelectual é um “fardo para a sociedade” (P1:1). São pessoas que têm dificuldades a vários níveis: “dificuldades cognitivas” (P6:1), “dificuldades em atividades intelectuais [...], de concentração e atenção” (P3:2) e dificuldades de comunicação – “nem sempre é fácil elas comunicarem com os outros e nem sempre é fácil os outros comunicarem com elas” (P4:2); são “pessoas com défice de QI” (P1:3 e P4:3). Alguns participantes referiram que as pessoas com deficiência intelectual vivem institucionalizadas – “muitas pessoas optam por pô-las em casas de acolhimento ou casas especializadas” (P1:1) e “honestamente, vem-me à ideia assim uma imagem do género algum lar de idosos” (P1:2) – e dependentes “de cuidado, nomeadamente de

enfermeiras, mesmo até em termos da medicação tomada, da regulação das suas rotinas”. Os participantes referiram ainda que as pessoas com deficiência intelectual são mais facilmente ajudadas ou desculpabilizadas – “a pessoa pode ter tido um certo tipo de ajuda e ter sido facilitada e ter obtido uma média boa para ter chegado ao ensino superior” (P2:3) e “penso que são alvo de desculpabilizarem mais facilmente” (P5:1).

Um participante referiu ainda que as pessoas com deficiência intelectual mais dificilmente encontram motivação para estudar: “acho mais difícil se calhar encontrar motivação nesse tipo de alunos que sentiram dificuldades ao longo de todo o percurso quererem seguir, até pode acontecer, mas tenho ideia de que não há tanto essa motivação” (P3:3).

Por fim, ainda relativamente à visão negativa sugerida pelos participantes, surgiu por diversas vezes, a ideia de que as pessoas com deficiência intelectual têm que se esforçar mais para alcançar os mesmos resultados que as restantes pessoas. A título de exemplo, o participante P3:2 referiu que “certas pessoas tinham que fazer um esforço extremamente adicional para tentar acompanhar matéria, para tentar perceber e cultivar algumas coisas porque a função delas, pronto essa tal deficiência, notava-se que sem esforço, e mesmo com esforço, ia ser sempre debilitada”.

No que diz respeito ao tema *Integração difícil* foram agrupados códigos que transmitem ideias acerca da integração das pessoas com deficiência intelectual, na sociedade e no mercado de trabalho em particular, como sendo algo árduo. De salientar que nem todos os comentários acerca da integração de pessoas com deficiência intelectual passam a ideia de que esta é difícil, nomeadamente, um participante referiu que a integração seria normal, caso o desempenho da pessoa fosse também ele normal – “se elas têm a capacidade para o fazer completa, penso que se integram” (P5:2). No entanto, alguns participantes referiram a ideia de que a integração está dependente das pessoas e do meio em que a pessoa com deficiência intelectual se está a inserir, argumentando que as pessoas “não têm a formação necessária para lidarem com [...] a deficiência intelectual que a pessoa tem, não estão preparadas para isso e se calhar pode ser um pouco mais difícil a sua adaptação” (P6:1). Esta integração, segundo um dos participantes, torna-se mais difícil já que as pessoas com deficiência intelectual têm “atitudes um pouco inesperadas” e

“comportamentos que as pessoas não percebem” (P4:1). As organizações, por sua vez, correm um risco ao contratar pessoas com deficiência intelectual, nas palavras do participante P5:2, “na perspectiva das organizações, [...] o difícil é aceitar o risco que poderá haver [...] de integrar pessoas assim”. Uma última componente deste tema é a discriminação da pessoa com deficiência intelectual pelas organizações, ou por quem as gere, que vários participantes consideram legítima. Exemplos desta componente são as referências “nós não podemos julgar os empregadores a não contratarem alguém pelas suas capacidades intelectuais” (P2:1) e “passa um pouco pela mentalidade das pessoas, lá está, das pessoas que contrataram, obviamente, mas também não vou julgar porque se estivesse no lugar deles também seria uma posição difícil” (P6:1). Associada à discriminação, está a ideia de incompreensão das restantes pessoas – “as pessoas tendem a afastar-se ou então a ignorar ou então a não querer perder tempo porque sabem que podem levar algum tempo e podem dar trabalho” (P6:1).

Achou-se pertinente a criação de um subtema que aglomera os *obstáculos à integração* enunciados pelos participantes e que, por sua vez, dificultam a integração. São eles a ignorância (P1:1; P1:2), a intolerância (P3:1), a discriminação (P4:1), as dificuldades de comunicação (P4:2), a mentalidade das pessoas (P2:1; P3:2; P4:3; P3:3; P4:3; P2:3) e a falta de oportunidades (P1:1; P3:3).

2. *Todos diferentes, todos iguais*

O segundo tema abrangente identificado nos dados recolhidos reúne, em primeiro lugar, uma visão mais positiva da pessoa com deficiência intelectual e, em segundo lugar, uma ênfase menos simpática na forma como a sociedade funciona, reunindo-se aqui também as propostas dos participantes para melhorar a integração destas pessoas. Surgem assim dois temas: *visão positiva de pessoa com deficiência intelectual e (in)formar a sociedade*.

Relativamente ao tema *visão positiva da pessoa com deficiência intelectual* foram reunidas ideias que de alguma forma expressam características positivas das pessoas com deficiência intelectual, nomeadamente, a ideia expressada pelo participante P4:2: “quando penso nessas pessoas eu penso em pessoas, não inferiores a nós, mas que têm outras

potencialidades que não as nossas”. Vários participantes admitiram que as pessoas com deficiência intelectual têm a possibilidade de se desenvolverem para além das suas limitações – “se fosse dado o ensino certo [...] e os estímulos certos se calhar [...] elas tinham mais capacidades” (P5:1) e “essas pessoas podem ter uma carreira brilhante” (P3:2). De um modo geral, os participantes concordaram que as pessoas com deficiência intelectual tinham a possibilidade de arranjar um trabalho e de continuar os estudos – “arranjar um trabalho, sim” (P1:3) e “consigo vê-los no mundo do trabalho” (P3:3) –, embora mais frequentemente concordassem que seria mais fácil arranjar um trabalho do que continuar os estudos – “capacidades para efetivamente continuar os estudos” (P5:1). Outra ideia positiva acerca das pessoas com deficiência intelectual é a de que estas pessoas têm direitos – “todas as pessoas que [...] têm deficiência intelectual têm todo o direito de arranjam algum tipo de emprego e prosseguirem os estudos” (P6:1) e “têm os mesmos direitos que os outros” (P4:1). Apesar de concordarem que as pessoas com deficiência intelectual podem arranjar algum trabalho, esteve sempre presente a ideia de que existem trabalhos mais indicados do que outros – “trabalhos onde a deficiência, o défice deles não seja tão evidente [...], por exemplo, música, parte da arte, parte do trabalho mais físico, parte do desporto, no caso de não vir acompanhado de uma deficiência motora” (P3:2).

Alguns participantes referiram que as pessoas com deficiência intelectual são capazes de contribuir de alguma forma para a sociedade em geral – “se tiverem a orientação certa e [...] um plano certo [...] também podem dar um contributo” (P4:2) e “podem contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da nossa sociedade” (P2:2). Por fim, alguns participantes afirmaram que as pessoas com deficiência intelectual, apesar do défice intelectual, podem ter características valorizadas pelo mercado de trabalho, podendo ser “uma pessoa que cumpre os horários, [...] que sabe impor algum respeito, que sabe [...] lidar com os contratemplos que podem ocorrer no dia-a-dia” (P4:2).

No que diz respeito ao tema (*in*)*formar a sociedade*, foram identificadas ideias acerca da falta de informação e formação sobre a deficiência intelectual, as quais foram mencionadas frequentemente pelos participantes – “há pouca informação para saber [...] onde é que pessoas com vários tipos de deficiência

podem ser ajudadas” (P4:1) e “há muito desconhecimento relativamente à deficiência” (P5:2). Dentro deste tema, foram ainda codificadas as afirmações em que os participantes tiveram dificuldade em definir a deficiência intelectual ou confundiram com outros conceitos, como o autismo – “pessoas com menos capacidades e também, por exemplo, pessoas como os autistas que têm demasiada capacidade” (P2:1). O último código inserido neste tema reúne ideias acerca da mentalidade das pessoas e das consequências dessa mentalidade – “quando se estereotipa alguém como deficiente, as pessoas nem tentam, não há apoios, não tentam perceber, colocam tudo no mesmo saco”.

Considerou-se pertinente a criação de dois subtemas subjacentes ao tema *(in)formar a sociedade*, nomeadamente, *sistema condenado e responsabilidade partilhada*. No primeiro encontram-se ideias acerca da falta de condições de aprendizagem e formação – “deve haver [...] uma formação muito mais especializada sobre o que a pessoa vai fazer [quando] decidem contratar uma pessoa com deficiência intelectual” (P4:1) e “sinto que elas têm opções como ensino especial, mas também sinto que essas opções não lhes dão uma idealização de futuro segura o suficiente” (P3:2). Encontram-se ainda ideias sobre um sistema pautado pela discriminação, desde a escola até ao trabalho – “não sei o que é que eu pensava quando tinha 10 anos, mas se calhar fazia-me, em parte, afastá-la e discriminá-la na minha inocência e ignorância do que estava a fazer” (P2:1) e “há discriminação, há o mau ambiente que se gera até no próprio local de trabalho, pessoas maltratam as pessoas com deficiência intelectual” (P1:1).

Ainda antes de serem questionados acerca da responsabilidade de integrar as pessoas com deficiência intelectual (subtema 2.2.2), os participantes, de uma forma geral, expressaram ideias acerca de uma responsabilidade partilhada por todos – “todos nós devemos, temos o dever de intervir e de ajudar” (P5:2). Especificamente, tanto as organizações, como as famílias, o Estado, a escola, e os próprios participantes teriam responsabilidade, já que este “não é apenas um problema do outro, pode ser um problema do meu irmão um dia, pode ser o problema de um filho meu” (P2:2). Assim sendo, várias foram as propostas. Nomeadamente, no que concerne à responsabilidade das organizações, “sensibilização para dar a conhecer todas as condições adversas e favoráveis e [...] proteção, sistemas de tutela para as pessoas que estão lá não serem vítimas de discriminações”

(P2:1) e “tem que haver uma adequação, quando a pessoa chega à empresa, de tarefas que ela consegue e que ela vai fazer bem” (P3:3). As famílias devem “sobretudo apoiar e motivar e fazer com que essas pessoas se sintam bem com elas próprias” (P6:1). O Estado também tem a sua responsabilidade “em termos de remuneração ou em termos de benefícios fiscais às empresas que façam esse esforço acrescido [o de integrar]” (P4:2). À escola cabe a responsabilidade de criar “uma verdadeira formação cívica [...], uma disciplina que debata mesmo estes temas”, de “treinar” (P2:3) e de vocacionar, já que [a escola] acompanhou a pessoa e é capaz de afirmar que “esta pessoa não é capaz de fazer x, y e z, mas desempenha muito bem atividades deste tipo e deste” (P4:3). Por fim, quando questionados sobre a sua responsabilidade na integração, alguns dos participantes afirmaram que não havia muito que pudessem fazer, enquanto universitários que “não têm assim grande poder” (P3:2), as únicas sugestões para os próprios passaram por “não excluir a pessoa de atividades ou convidar a pessoa para um café” (P2:3) e não ficar indiferentes a estas pessoas – “não podemos passar indiferentes, se não sabemos procuramos, se vemos reagimos, se nos falam sobre isso também vamos falar sobre isso” (P2:1).

V – Discussão

O presente estudo procura aprofundar a compreensão das representações sociais acerca da deficiência intelectual junto de estudantes universitários, nomeadamente, as suas conceções acerca das pessoas com deficiência intelectual e respetiva integração na sociedade e no mundo do trabalho.

Através da análise dos dados recolhidos é possível afirmar que as conceções dos participantes acerca da pessoa com deficiência intelectual têm tanto ideias positivas como negativas a elas associadas. De uma maneira geral, essas ideias são partilhadas por todos os participantes, não se tendo verificado a existência de ideias discordantes entre os mesmos. Esta análise pode ser explicada à luz da teoria das representações sociais na medida em que os participantes vivem todos numa sociedade onde as representações sobre as pessoas com deficiência intelectual são relativamente homogêneas e as representações funcionam como “códigos de troca social [...] para nomear e classificar inequivocamente os vários aspetos do seu mundo” (Howarth, 2005,

p. 5). Assim sendo, segundo os participantes, a pessoa com deficiência intelectual é alguém que tem dificuldades a vários níveis, destacando-se dificuldades nos níveis cognitivo e social, o que vai ao encontro da definição de deficiência intelectual proposta por Shalock et al. (2007), segundo a qual a deficiência implica limitações significativas no funcionamento intelectual e nas capacidades adaptativas sociais, entre outras. As pessoas com deficiência intelectual são ainda identificadas como vivendo institucionalizadas e dependentes de terceiros. São mais facilmente desculpabilizadas, representações que vão ao encontro a outros resultados encontrados anteriormente, como é o caso dos estudos de Santos (2016) e Valentim, Craveiro, Silva e Dinis (2011) e falta-lhes motivação para continuar os estudos, algo que poderá ser justificado pela quantidade de esforço adicional que têm de colocar naquilo que fazem, algo também sugerido pelos participantes e, eventualmente, também por um certo “desânimo aprendido” ao longo do percurso escolar, i.e., resultado das experiências negativas (e fracassos) acumulados ao longo desse percurso (Valentim & Dinis, 2014). Estas ideias alinham-se com a conceção de que a pessoa com deficiência intelectual pode ser um fardo para a sociedade, o que no fundo tem uma conotação negativa e contrária à literatura que afirma que quanto maior o grau de educação, mais positivas são as atitudes (Patka et al., 2013; Tak-fai Lau & Cheung, 1999; Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004). No entanto, estas conceções negativas, apesar do grau de escolaridade dos participantes, podem eventualmente ser explicadas pela inexistência de um contacto positivo anterior com pessoas com deficiência intelectual ou até pela área de estudo dos participantes que se pronunciaram acerca destas ideias (mais ou menos viradas para áreas de serviços e saúde), já que, tal como Yazbeck, McVilly e Parmenter (2004) afirmam, a educação superior, por si só, não é fator suficiente para gerar atitudes positivas.

Opostamente, os participantes identificaram ainda características com conotação positiva e integradora da pessoa com deficiência intelectual, nomeadamente a ideia de que as pessoas com deficiência intelectual não são inferiores às restantes e têm os mesmos direitos, podem desenvolver-se no sentido de contrariar as suas limitações, podem contribuir para a sociedade, continuar os estudos ou arranjar um trabalho, já que podem ter características valorizadas pelo mercado de trabalho, como a lealdade e a capacidade de

interação com clientes. Existem, no entanto, trabalhos mais adequados do que outros para estas pessoas. Segundo os participantes, trabalhos com menos carga intelectual, como o desporto, a restauração e a costura, por exemplo, encontram-se entre os mais adequados. Esta visão positiva da pessoa com deficiência intelectual pode ser justificada com base nos mesmos fatores que justificam a visão negativa encontrada: o nível de escolarização dos participantes, a existência de contacto anterior com pessoas com deficiência intelectual (Tak-fai Lau & Cheung, 1999; Yazbeck, Mcvilly & Parmenter, 2004) e, ainda, a idade e género dos participantes (Patka et al., 2013; Tak-fai Lau & Cheung, 1999). De forma breve, e respondendo ao primeiro objetivo a que este trabalho se propôs, as representações sociais dos estudantes universitários acerca das pessoas com deficiência intelectual são caracterizadas por uma certa ambiguidade. É possível associar duas perspetivas diferentes e, diríamos, opostas, nos dois temas abrangentes identificados e respetivas visões acerca da pessoa com deficiência intelectual. Por um lado, uma visão negativa da pessoa com deficiência intelectual que podemos situar na literatura como proveniente do modelo clínico da deficiência, muito focado nas limitações individuais, das quais resulta a sua inadaptação (Fontes, 2016). E, por outro lado, uma visão positiva da pessoa com deficiência intelectual que pode ser situada no modelo social da deficiência, focando uma abordagem holística, em que a sociedade é quem “deficientiza” a pessoa com limitações (Fontes, 2009).

No que diz respeito à integração das pessoas com deficiência intelectual, podemos observar que os participantes consideram que esta é uma tarefa difícil – não sendo de modo algum dispensável. De certa forma, porque os participantes consideram que a pessoa com deficiência intelectual tem à partida dificuldades ao inserir-se num ambiente “normal”, podendo apresentar comportamentos desadequados e não oferecendo, assim, segurança às organizações. Esta integração aparece muitas vezes como estando dependente de outros fatores, como, por exemplo, do desempenho do indivíduo, que tem de ser normal, e das pessoas e do meio em que se pretende inserir. Por sua vez, os participantes consideram que as restantes pessoas não compreendem e não se dedicam a compreender as pessoas com deficiência intelectual, o que dificulta a integração. Por último, os participantes referiram que a rejeição de pessoas com deficiência intelectual pode ser aceitável e legítima, já que quem

emprega fica numa posição “difícil” ao contratar uma pessoa com estas limitações. Esta é uma conceção que pode justificar a exclusão de pessoas com deficiência intelectual – com capacidades para desempenhar funções – do mercado de trabalho, pois, tal como afirma Fontes (2016, p. 101), “as principais barreiras no acesso e participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho advêm do preconceito e do desconhecimento das capacidades de trabalho das pessoas com deficiência por parte das entidades empregadoras”.

Foram ainda identificados vários obstáculos à integração de pessoas com deficiência intelectual, nomeadamente, a ignorância, a intolerância, a discriminação, as barreiras de comunicação, a mentalidade das pessoas e a falta de oportunidades para as pessoas com deficiência intelectual. É de destacar, neste aspeto, a relevância dada pelos participantes ao obstáculo “mentalidade das pessoas” e a baixa frequência do único obstáculo referido situado na esfera individual da pessoa com deficiência intelectual – as barreiras de comunicação. Esta análise revela, de certa forma, um caminhar em direção a uma mudança de pensamento na forma como se integra esta população no mundo do trabalho, mudança esta que é considerada necessária e urgente pelos vários autores defensores do modelo social, como por exemplo Barnes e Mercer (2005), Fontes (2009, 2016) e Silva e Coelho (2014).

Antes de procurar dar resposta ao último objetivo deste trabalho importa perceber também a base das propostas dos participantes no sentido de melhorar a integração das pessoas com deficiência intelectual. No fundo, aquilo que motiva as sugestões dos estudantes tem por base características da sociedade, nomeadamente, a sua falta de informação e formação para lidar com estas pessoas. De facto, os participantes, por vezes, tiveram alguma dificuldade em definir a deficiência intelectual e em estabelecer os seus limites conceptuais com outras limitações (como o autismo, por exemplo). Esta análise está alinhada com a falta de informação e com a mentalidade das pessoas que, frequentemente, resulta em consequências negativas para as pessoas com deficiência intelectual, como os obstáculos à integração no trabalho identificados pelos participantes. Nesta secção, torna-se novamente evidente a pertinência da teoria das representações sociais no estudo da deficiência intelectual, na medida em que as representações assumem um papel importantíssimo na forma como estas pessoas são tratadas. Isto é, a falta

de informação resulta frequentemente em concepções que fogem à realidade acerca da pessoa com deficiência intelectual, como por exemplo, a ideia da pessoa com deficiência intelectual como desviante. Esta concepção, por sua vez, faz com que as pessoas com deficiência intelectual sejam tratadas como tal e, eventualmente, vivam em conformidade com aquilo que delas se espera (Wilkinson & McGill, 2009).

Consequentemente, os participantes identificaram alguns aspetos que advém da falta de formação e informação por que se pauta a sociedade. Com ênfase na falta de condições de aprendizagem e formação para as pessoas com deficiência intelectual e na discriminação tanto na escola como no trabalho, foi identificado um sistema que condena e que dá azo a um ciclo vicioso que impede a integração das pessoas com deficiência intelectual. De facto, a literatura aponta no sentido de que é através do trabalho, principalmente, que se atinge a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual, sendo, obviamente, necessário profissionalizar estas pessoas, desenvolvendo-lhes competências que sejam valorizadas pelo mercado de trabalho. Neste sentido, não só é necessário formar as pessoas com deficiência intelectual, técnica e socialmente, mas também os especialistas e as pessoas que serão, eventualmente, seus futuros colegas de trabalho, no sentido de diminuir a discriminação e quebrar o ciclo (Mendes et al., 2004).

Neste sentido, as propostas dos estudantes convergem uma série de responsabilidades que implicam o envolvimento de toda a sociedade e que vão ao encontro das sugestões propostas num estudo realizado por Valentim et al. (2011) que recorreu à utilização da mesma metodologia com alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico. Neste estudo, os jovens sugeriram sensibilizar a população, penalizar a discriminação, investir em apoios institucionais, equipamentos, acessos e emprego, disciplinar e melhorar o aspeto da pessoa com deficiência intelectual. Quando comparamos estas sugestões com as propostas dos participantes do presente estudo verificamos que existe uma mudança de direção, isto é, os estudantes mais velhos tendem a dar menos sugestões direcionadas para alterar o que quer que seja na pessoa com deficiência intelectual, ao contrário dos mais novos que sugerem disciplina e uma melhoria no aspeto. No que diz respeito às restantes propostas, estas são semelhantes às propostas pelos estudantes universitários. Em particular, segundo estes estudantes, as organizações devem principalmente procurar

integrar estas pessoas, dando-lhes todo o apoio necessário. De modo geral, as ideias relativas às empresas são congruentes com o conceito de direito à diferença, segundo o qual o perfil da pessoa com deficiência intelectual se deve ajustar às exigências do desempenho profissional, sempre salvaguardando o respeito ao indivíduo como um cidadão com direito à diferença (Martins, 2001). As famílias têm, na perspectiva dos participantes, uma grande responsabilidade em fazer com que a pessoa com deficiência intelectual seja bem-sucedida, nomeadamente, fazê-la sentir-se bem e motivá-la. Neste aspeto, os participantes sugeriram que a família tem um grande papel ao longo de toda a vida da pessoa sendo fonte de suporte. No entanto, com o passar do tempo, este suporte pode tornar-se em dependência, o que vai, de certa forma, contrariamente ao conceito de vida independente, em que os indivíduos devem ser incentivados a tomar decisões e a exercer controlo do seu dia-a-dia, não dependendo das suas famílias, com se verificaria numa pessoa sem deficiência intelectual (Barnes & Mercer, 2005). O Estado, por sua vez, segundo os participantes, deverá promover a adaptação de postos de trabalho para as pessoas com deficiência intelectual, através de incentivos às empresas. De acordo com a literatura, a melhoria na integração das pessoas com deficiência intelectual só poderá realmente acontecer com a aplicação de medidas pelo Estado, garantido os direitos destes cidadãos (Fontes, 2009). Esta ideia também está de acordo com o relatório da Comissão Europeia sobre as atitudes dos europeus face à deficiência, em que os europeus creem que as autoridades públicas são quem detém a maior responsabilidade em melhorar as condições das pessoas com deficiências (Eurobarometer 54.2, 2014). A escola tem como papel, segundo os estudantes, promover o contacto entre crianças com e sem deficiência intelectual, criar um ambiente propício à discussão e informação acerca destes temas e vocacionar as pessoas com deficiência intelectual. Por último, os participantes sugerem que no que toca a si mesmos, pouco há a fazer, observando-se uma desresponsabilização quando se fala do seu papel. Referem apenas ter como dever procurar informação e tentar ajudar quem está à sua beira (eventualmente através de voluntariado), esta análise é também congruente com a informação encontrada no Eurobarómetro, em que 66% dos europeus responsabilizam as autoridades locais e 55% responsabilizam o governo e em que expressam falta de informação sobre as deficiências e os problemas que delas advém, no entanto,

não ficam indiferentes e está presente o desejo de ver melhorias (Eurobarometer 54.2, 2014).

As análises realizadas permitem afirmar que as representações dos estudantes universitários acerca das pessoas com deficiência intelectual e respetiva integração socioprofissional caminham para uma visão cada vez mais social da deficiência, no entanto, existem ainda muitas barreiras por derrubar.

VI – Considerações finais

A presente dissertação possibilitou aprofundar o conhecimento sobre as representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas com deficiência intelectual e sua integração socioprofissional através de três grupos focais, onde os participantes tiveram a oportunidade de expor as suas perceções.

Verificou-se, através da análise de dados, que a deficiência intelectual é perspectivada segundo duas visões, uma em que a pessoa intelectual é considerada um fardo para a sociedade e lhe estão associadas várias ideias negativas, algumas delas, erradas, e outra em que o foco é mais dirigido para a sociedade e a forma não inclusiva como se organiza. Estas duas visões podem, eventualmente, ser explicadas pelo foco que tem vindo a aumentar ao longo dos anos no modelo social, substituindo o modelo clínico da deficiência. No entanto, algo que fica bastante claro com a análise dos dados é a falta de informação acerca da deficiência intelectual e as consequências que resultam dessa falta de informação, mesmo tratando-se de estudantes universitários, em grande parte das ciências sociais e humanas. Urge, assim, consciencializar a população em geral relativamente a esta temática, sobretudo no que diz respeito às capacidades para integrar a sociedade e o mercado de trabalho destas pessoas, derrubando assim mentalidades que colocam a pessoa com deficiência intelectual à margem, já que o trabalho constitui uma das principais vias de inclusão social das pessoas com deficiência intelectual.

Contudo, grande parte das ideias expressadas pelos participantes remetem para uma perspectiva que caminha cada vez mais para uma visão inclusiva e social das pessoas com deficiência intelectual. Esta análise pode simultaneamente ser explicada pela desejabilidade social ou por uma mudança de facto nas conceções acerca deste tema. Apesar de os participantes

apontarem a necessidade de uma responsabilidade partilhada para a melhoria da integração, o Estado exerce aqui grande influência e pode ser responsável pelos avanços futuros nas condições de vida dos seus cidadãos com deficiência intelectual, esperando-se que já em 2020, com o terminar dos projetos-piloto no âmbito do Modelo de Apoio à Vida Independente, se possam observar alterações, nem que seja em termos de informação.

Apesar de os resultados deste estudo não poderem ser generalizados para a população em geral, este estudo elucida-nos acerca daquelas que poderão ser as conceções dos estudantes universitários no presente, estudantes esses que serão os empregadores no amanhã. Além do número reduzido de participantes que não oferece a representatividade requerida, os resultados poderão também ter sido enviesados pela deseabilidade social, como já foi referido, pela falta de experiência do moderador dos grupos focais e pela ausência de comparação entre júris na análise dos dados. Sugere-se assim que no futuro se dê continuidade ao estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual, utilizando para tal, amostras mais representativas da população estudantil. Será também interessante estudar variáveis como o efeito do contacto com pessoas com deficiência intelectual nas representações sociais e, eventualmente, a área de estudos dos participantes.

Referências

- Barnes, C., & Mercer, G. (2005). Disability, work, and welfare. *Work, Employment and Society*, 19(3), 527–545. <https://doi.org/10.1177/0950017005055669>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V. and Clarke, V. (2013) *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. SAGE Publication, London.
- Doise, W. (2002). *Direitos do homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Eurobarometer 54.2 (2001). *Attitudes of Europeans to disability*. A report prepared by the European Opinion Research Group (EORG) for the Education and Culture Directorate-General. European Commission
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86(86), 73–93. <https://doi.org/10.4000/rccs.233>
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- INE (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: INE
- INR (2017). *Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) – Assistência Pessoal*. Consultado em 09 de janeiro, 2018. Disponível em <http://www.inr.pt/content/1/4410/mavi-documento-para-consulta-publica>
- Jodelet, D. (2008). Social representations: The beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 411–430. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x>
- Lyle, M. L., & Simplican, S. C. (2015). Elite repudiation of the r-word and public opinion about intellectual disability. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 53(3), 211–227. <https://doi.org/10.1352/1934-9556-53.3.211>
- Martins, M. (2001). *Deficiência mental e desempenho profissional*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

- Mendes, E. G., Nunes, L. R., Ferreira, J. R., & Silveira, L. C. (2004). Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. *Temas Em Psicologia Da SBP*, 12(2), 105–118.
- Moscovici. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
- Patka, M., Keys, C. B., Henry, D. B., & McDonald, K. E. (2013). Attitudes of Pakistani community members and staff toward people with intellectual disability. *American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities*, 118(1), 32–43. <https://doi.org/10.1352/1944-7558-118.1.32>
- Santos, G., & Dias, J. (2015). Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais Da UNIFAP*, 173–187.
- Santos, S. (2016). *Representações sociais de estudantes universitários relativamente a pessoas deficientes intelectuais* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Schalock, R., Luckasson, R., Shogren, K., Borthwick-Duffy, S., Bradley, V., Buntinx, W., Coulter, D., Craig, E., Gomez, S., Lachapelle, Y., Reeve, A., Snell, M., Spreat, S., Tassé, M., Thompson, J., Verdugo, M., Wehmeyer, M., Yeager, M. (2007). The renaming of mental retardation: understanding the change to the term intellectual disability. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 45(2), 116–124. [https://doi.org/10.1352/1934-9556\(2007\)45](https://doi.org/10.1352/1934-9556(2007)45)
- Silva, M., & Coelho, F. (2014). Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, 28, 163–180.
- Tak-fai Lau, J., & Cheung, C. (1999). Discriminatory attitudes to people with intellectual disability or mental health difficulty. *International Social Work*, 42(4), 431–444. <https://doi.org/10.1177/002087289904200405>

- Valentim, J. P., Craveiro, D. Silva, J. R., & Dinis, E. (2011, fevereiro). Escola inclusiva em análise: uma abordagem às representações sociais sobre a deficiência mental na escola. Comunicação oral apresentada ao Colóquio Internacional “Portugal entre Desassossegos e Desafios”. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Valentim, J. P. (2013). Que futuro para as representações sociais? *Psicologia E Saber Social*, 2(2), 158–166.
- Valentim, J., & Dinis, E. (2014). The Image of Disability Among Intellectually Disabled People. *Papers on Social Representations*, 23, 24.1-24.17.
- Voelklein, C., & Howarth, C. (2005). A review of controversies about social representations theory: A British debate. *Culture and Psychology*, 11(4), 431–454. <https://doi.org/10.1177/1354067X05058586>
- Wilkinson, P., & McGill, P. (2009). Representation of people with intellectual disabilities in a British newspaper in 1983 and 2001. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 22(1), 65–76. <https://doi.org/10.1111/j.1468-3148.2008.00453.x>
- Yazbeck, M., McVilly, K., Parmenter, T. (2004). Attitudes toward people with intellectual disabilities. *Journal of Disability Policy Studies*, (15), 2, 97-111.
- Yu, Z. (2013). *An analysis of chinese high school students' attitudes toward persons with disabilities* (Dissertação de Doutoramento, Union University School of Education, 2013) (pp. 1-147). Ann Arbor: ProQuest LLC.

Anexos

Anexo I – Guião do grupo focal

Anexo II – Mapa temático da análise

Anexo III – Tabela de Temas

Anexo IV – Ilustração dos códigos de análise

Anexo I – Guião do grupo focal

1 – Quando pensam nas pessoas com deficiência intelectual o que pensam? Quais são as primeiras coisas que vos vêm à cabeça e o que as diferencia das restantes pessoas?

2 – Imaginam estas pessoas a prosseguir os estudos para além do ensino obrigatório ou a arranjar um trabalho?

- Em que áreas de formação e em que trabalhos?
- Pensem nos vossos colegas de escola: acham que/ sabem se alguns deles prosseguiram estudos ou encontraram um trabalho?

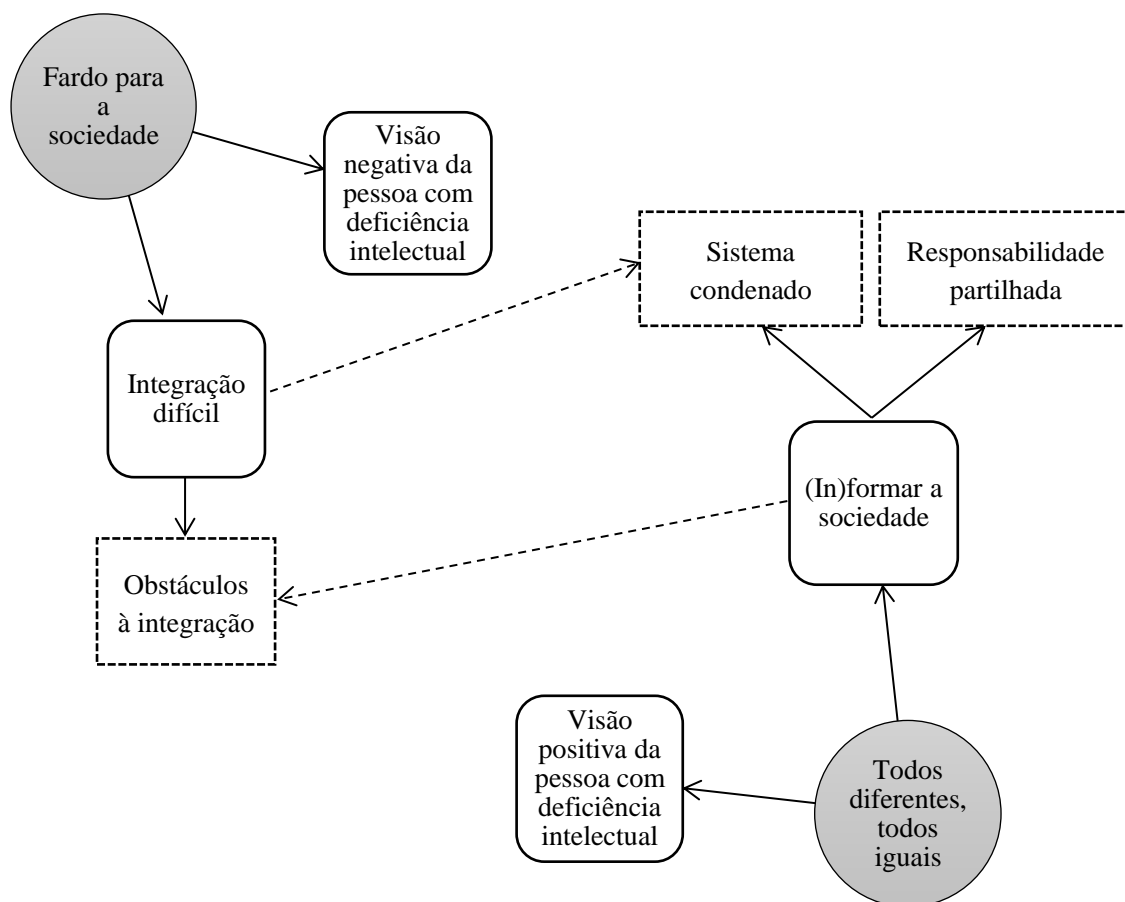
3 – Como acham que se dá a integração de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho?

4 – O que pensam que é preciso fazer em relação à integração destas pessoas no mercado de trabalho?

- Nesta integração, qual o papel da escola, das organizações e das famílias destas pessoas?
- Quais os maiores obstáculos a esta integração?
- O que estariam dispostos a/o que julgam que poderiam fazer no sentido de colaborar com esta integração?

5 – O que podem ganhar as organizações com essa integração? E acham que podem perder alguma coisa com isso?

Anexo II – Mapa temático da análise



Anexo III – Tabela de temas

1. Fardo para a sociedade			2. Todos diferentes, todos iguais			
1.1. Visão negativa da pessoa com deficiência intelectual	1.2. Integração difícil	1.2.1. Obstáculos à integração	2.1. Visão positiva da pessoa com deficiência intelectual	2.2. (In)formar a sociedade	2.2.1. Sistema condenado	2.2.2. Responsabilidade partilhada
São um fardo para a sociedade Têm dificuldades (cognitivas, intelectuais, de comunicação) Têm défice de QI Vivem institucionalizadas Não são independentes São mais facilmente ajudadas ou desculpabilizadas Não têm motivação para estudar Têm que se esforçar mais	Integração normal quando o desempenho é normal Depende das pessoas e meio em que se pretende inserir Têm comportamentos desadequados Pessoas com deficiência intelectual não oferecem segurança às empresas Têm dificuldade de inserção num ambiente normal Discriminação legítima no mundo do trabalho Incompreensão das pessoas	Ignorância Intolerância Discriminação Barreiras de comunicação Mentalidade das pessoas Falta de oportunidades	Não são inferiores Podem desenvolver-se Podem continuar os estudos e arranjar um trabalho Têm direitos Existem trabalhos adequados para PDI Podem contribuir Podem ter características valorizadas no mercado de trabalho	Falta de (in)formação acerca da deficiência intelectual Participantes tiveram dificuldade em definir deficiência intelectual Mentalidade das pessoas tem más consequências para as PDI	Falta de condições de aprendizagem e formação Discriminação na escola e no local de trabalho	Responsabilidade de todos Organizações Famílias Estado Escola Participantes

Anexo IV – Ilustração dos códigos de análise

1. Fardo para a sociedade

1.1. Visão negativa da pessoa com deficiência intelectual

São um fardo para a sociedade	<p>“se for dado o treino para exercer uma profissão, eles conseguem-se integrar na sociedade e deixam de ser um fardo para a sociedade, entre aspas se for dado o treino para exercer uma profissão, eles conseguem-se integrar na sociedade e deixam de ser um fardo para a sociedade, entre aspas” (P1:1)</p> <p>“muitas vezes o que acontece é que as pessoas [com deficiência intelectual] acabam os estudos ou o obrigatório, vão para casa dos pais e a ter a vida mais confortável que os pais conseguirem oferecer e depois quando os pais falecerem é um encargo do estado” (P1:1)</p>
Têm dificuldades (cognitivas, intelectuais, de comunicação)	<p>“apresentam várias dificuldades cognitivas” (P6:1)</p> <p>“pessoas que podem ter um bocadinho mais de dificuldades e pronto não têm o nível normal de uma pessoa diligente” (P2:1)</p> <p>“são pessoas que têm dificuldades em atividades intelectuais, seja dislexias, seja dificuldades de concentração e atenção, seja a maneira que têm para comunicar e para aprender conhecimento” (P3:2)</p> <p>“a maior diferença é que se calhar nós não temos de fazer tanto esforço, não temos que nos aplicar tanto porque não sentimos a mesma dificuldade que eles” (P3:2)</p> <p>“pessoas com dificuldades ou colegas de escola que tenham dificuldades” (P3:3)</p> <p>“dificuldade académica e profissional; e relacional talvez” (P4:3)</p> <p>“dificuldade que essas pessoas têm em comunicar com os outros, nem sempre é fácil elas comunicarem com os outros, e nem sempre é fácil os outros comunicarem com elas” (P4:2)</p> <p>“as minhas ideias também vão ao encontro dessas dificuldades de comunicação” (P1:2)</p> <p>“se para nós, uma pessoa dita normal, a parte de arranjar um currículo, de o preencher para o apresentar, já é uma coisa que nós dedicamos algum tempo e queremos fazer algo muito bom, a dificuldade que uma pessoa com deficiência intelectual tem, se tiver que fazer isso sozinha, vai dificultar muito os acessos a esses caminhos que hoje em dia são necessários para entrar no mercado de trabalho” (P3:2)</p> <p>“depois também há a questão das dificuldades de comunicação” (P1:2)</p>
Têm défice de QI	<p>“défice de QI” (P1:3 e P4:3)</p>
Vivem institucionalizadas	<p>“muitas pessoas optam por pô-las em casas de acolhimento ou casas especializadas para os tratar e pronto” (P1:1)</p> <p>“vem-me à ideia assim uma imagem do género algum lar de idosos só que com pessoas, em vez de idosos, pessoas com as mesmas desabilidades” (P1:2)</p>
Não são independentes	<p>“vivem a vida delas com conforto, mas nunca se dedicam a integrá-las, tentar estimulá-las a desenvolver uma arte ou um engenho ou algo em que eles se consigam integrar na sociedade e conseguir ter uma vida própria e</p>

	<p>conseguirem até autossustentar-se” (P1:1)</p> <p>“pessoas muito dependentes de cuidado e, cuidado nomeadamente, de enfermeiras, mesmo até em termos da medicação tomada, da regulação das suas rotinas” (P1:2)</p> <p>“[a integração no mercado de trabalho] não estaria dependente diretamente, mas acho que não estando seria muito difícil, seria muito mais complicado do que aquilo que poderia ter que ser para uma pessoa com dificuldades intelectuais” (P3:2)</p> <p>“a pessoa se calhar torna-se um pouco menos autónoma, conforme tem menos capacidade, e então se calhar precisa de mais ajuda dos outros” (P2:3)</p>
São mais facilmente ajudadas ou desculpabilizadas	<p>“eu tinha uma colega na primária [...], ela também andava no ensino especial a ser acompanhada e pronto, na altura era muito ‘ah, porque é que ela tem testes diferentes dos nossos, porque é que é mais acessível e não sei o quê” (P3:1)</p> <p>“se for de conhecimento que elas têm deficiência mental penso que são alvo de desculpabilizarem mais facilmente” (P5:1)</p> <p>“a pessoa pode ter tido um certo tipo de ajuda e ter sido facilitado e ter obtido uma média boa para ter chegado ao ensino superior, não devido ao seu trabalho, à sua inteligência, mas a fatores extra, por exemplo, trabalhos de grupo” (P2:3)</p>
Não têm motivação para estudar	<p>“se calhar a seguir os estudos não vejo tanto, mas a nível motivacional [...] acho mais difícil se calhar encontrar motivação nesse tipo de alunos que sentiram dificuldades ao longo de todo o percurso a quererem seguir, até pode acontecer, mas tenho a ideia de que não há tanto essa motivação” (P3:3)</p>
Têm que se esforçar mais	<p>“eu acho que tem muito a ver com o esforço porque, pelo que eu via, certas pessoas tinham que ter um esforço extremamente adicional para tentar acompanhar matéria, para tentar perceber e cultivar algumas coisas porque a função delas, pronto essa tal deficiência, notava-se que sem esforço, e mesmo com esforço, ia ser sempre debilitada” (P3:2)</p> <p>“[a integração no mercado de trabalho] não estaria dependente diretamente, mas acho que não estando seria muito difícil, seria muito mais complicado do que aquilo que poderia ter que ser para uma pessoa com dificuldades intelectuais” (P3:2)</p> <p>“esforçar-se mais para conseguir fazer aquela tarefa e depois acaba por fazê-lo bem” (P3:3)</p> <p>“se se esforçar para fazer bem, pode conseguir mesmo assim” (P2:3)</p>

1.2. Integração difícil

Integração normal quando o desempenho é normal	<p>“se elas têm a capacidade para o fazer completa, penso que sim, penso que se integram, mas [...]” (P5:1)</p>
Depende das pessoas e meio	<p>“há pessoas que não discriminam por querer mas porque se calhar não têm a formação necessária para lidarem com [...] a deficiência intelectual que a</p>

em que se pretende inserir	<p>peessoa tem, não estão preparadas para isso e se calhar pode ser um pouco mais difícil a sua adaptação porque as pessoas tendem a afastar-se ou então a ignorar ou então a não querer perder tempo porque sabem que pode levar algum tempo e podem dar trabalhos, mas acho que depende das pessoas e depende do meio em que essas pessoas estão inseridas também” (P6:1)</p> <p>“acho que vai novamente ao encontro do que é a educação social, tanto dos colegas de trabalho, como do patrão, os colegas trabalho, certo que haverão os que vão aceitar e que vão ajudar, contribuir para a melhor integração possível da pessoa, e muitos que vão, de certeza que isso não vai acontecer, ou vão discriminar ou afastar ou vão culpá-los de certas coisas e o mesmo das pessoas ou as pessoas que vão a essa instituição, a essa empresa, que têm que lidar com essas pessoas com deficiência, também há pessoas que aceitam e que compreendem, pensam pronto, não digo que essas pessoas vão fazer tudo mal mas podem errar nalgum desempenho da tarefa, e há pessoas que compreendem e que percebem, que é normal, qualquer pessoa pode errar, e há pessoas que não, há pessoas que são menos compreensivas que vão deixar a pessoa com deficiência muito mais fragilizada e que sinta cada vez menos capaz do que os outros” (P4:1)</p> <p>“se calhar até se podem integrar e há pessoas em todos os sítios que conseguem com que as pessoas se integrem, só que eu acho que é complicado, mesmo após estarem dentro do seio da empresa, digo eu...”</p> <p>“acho que deviam ou ter a alguém acompanhá-los, pelo menos nos primeiros tempos para lhes explicar tudo ou alguém disponível, alguém em quem elas pudessem recorrer em caso de dúvidas” (P4:1)</p>
Têm comportamentos desadequados	<p>“eles têm comportamentos que as pessoas não percebem” (P4:1)</p> <p>“por um lado, até percebo um pouco o empregador a discriminar de certo modo porque às vezes eles têm atitudes um pouco inesperadas” (P4:1)</p>
Pessoas com deficiência intelectual não oferecem segurança às empresas	<p>“talvez porque são necessários criar postos novos porque quando existe um posto e entre uma pessoa que represente certos défices e uma pessoa que represente certas qualidades, eu vou ser obrigado a escolher a pessoa que representa certas qualidades, maior parte das vezes” (P2:2)</p> <p>“porque o objetivo das empresas é realmente ganharem e terem segurança nas pessoas que contratam, e, portanto, às vezes na perspectiva das organizações, que são constituídas por pessoas, o difícil é aceitar o risco que poderá haver, na cabeça dessas pessoas, de integrar pessoas assim” (P5:2)</p> <p>“as organizações são feitas para gerar lucro e as pessoas muitas vezes são vistas como ferramentas, se certa pessoa for a ferramenta ideal para algo que eu necessito na minha empresa eu vou ganhar com isso, a pessoa vai ganhar com isso e voltamos aquela questão, voltamos à questão, hoje em dia eu penso que as empresas não têm muito a ganhar e talvez por aí não tentem procurar desenvolver outro método, não procuram integrar” (P2:2)</p>
Têm dificuldade de inserção num ambiente normal	<p>“mas que se calhar nem eles se sentem bem e completos num ambiente normal das outras pessoas” (P2:1)</p> <p>“Por exemplo, de certeza que essa criança, tua colega, para estar numa turma em que ela não conseguia acompanhar o nível de aprendizagem foi muito mais complicado de se conseguir inserir nesse tipo de grupos porque,</p>

	<p>ou perde intervalos para estar com a professora de ensino especial ou então formam-se grupos e ela não pode participar porque não consegue acompanhar” (P4:1)</p> <p>“não é dado o apoio necessário, não se tenta realmente ajudar essas pessoas a se integrar normalmente, normalmente dentro do possível” (P5:1)</p> <p>“nesta situação de [...] as pessoas com deficiência intelectual trabalharem, eu acho que nós temos que ser um bocadinho realistas” (P2:1)</p> <p>“uma pessoa que tenha essa deficiência, mas que é inteligente e consegue perceber as coisas de alguma maneira sabe que foi metida num cargo, mas que claramente não consegue fazer esse cargo bem feito ou como outra pessoa conseguiria fazer” (P2:1)</p> <p>“se calhar muitas vezes não se conseguem integrar da mesma forma que as outras pessoas, não sei, mesmo na escola e assim” (P5:2)</p>
Discriminação legítima no mundo do trabalho	<p>“nós não podemos julgar os empregadores a não contratarem alguém pelas suas capacidades intelectuais” (P2:1)</p> <p>“por um lado, até percebo um pouco o empregador a discriminar de certo modo porque às vezes eles têm atitudes um pouco inesperadas” (P4:1)</p> <p>“às vezes não podemos julgar também os empregadores” (P5:1)</p> <p>“acho que também passa um pouco pela mentalidade das pessoas, lá está, das pessoas que contratam, obviamente, mas também não vou julgar porque se tivesse no lugar deles também seria uma posição difícil” (P6:1)</p>
Incompreensão das pessoas	<p>“há muito poucos apoios e compreensão do resto das pessoas sobre esse tipo de deficiência, sobre esse tipo de pessoas” (P4:1)</p> <p>“porque as pessoas tendem a afastar-se ou então a ignorar ou então a não querer perder tempo porque sabem que pode levar algum tempo e podem dar trabalho” (P6:1)</p> <p>“é uma coisa que nós não compreendemos, eles até podem ter muito mais coisas para dar” (P2:1)</p> <p>“eu acho que as pessoas no mercado de trabalho, atualmente, são muito intolerantes com os erros dos outros e se mesmo com pessoas que não têm deficiência intelectual já são intolerantes umas com as outras, não sei, não faço ideia porque nunca estive a trabalhar com uma pessoa com uma deficiência intelectual, mas eu imagino que seja para elas, se calhar, frustrante” (P3:1)</p>

1.2.1. Obstáculos à integração

Ignorância	<p>“ignorância” (P1:1)</p> <p>“passa tudo pela informação, quanto mais informadas as pessoas, as famílias estiverem... informação é poder ao fim e ao cabo, quem tem a informação tem o poder de agir sobre a informação que possui de modo a tentar mudar o que existe, passa tudo por aí” (P1:2)</p>
Intolerância	“intolerância das pessoas perante a deficiência” (P3:1)
Discriminação	“discriminação” (P4:1)
Barreiras de comunicação	“a comunicação, como já foi referida” (P4:2)
Mentalidade	“acho que a sociedade em si já é um obstáculo, talvez pelo modo como as

das pessoas	<p>“pessoas pensam, ainda hoje em dia, acho que tem de haver assim uma renovação deste pensar” (P2:1)</p> <p>“acho que passa muito por uma intervenção, ou seja, [...] um trocar de ideias, pelo olhar, pela maneira que nós temos, que fomos ensinados pelo senso comum de encarar uma situação, de olhar para uma pessoa que é diferente, que de alguma maneira não tem a mesma qualidade que eu, que vai ter que seguir uma vida que eu tenho a sorte de não ter que seguir, porque há muito essa ideia transmitida ‘ah foi uma pessoa que teve azar, coitadinho, coitadinha da família, coitadinha da pessoa’” (P3:2)</p> <p>“o estigma social” (P4:3)</p> <p>“não dar sequer a oportunidade de provar que pode fazer ou que consegue, já estarem à espera de que vá falhar” (P3:3)</p> <p>“partir do princípio que a deficiência intelectual pressupõe logo o pior cenário possível dentro da deficiência intelectual e, portanto, a pessoa não é capaz de nada” (P4:3)</p> <p>“tipo, ‘tens deficiência intelectual e não serves para nada’, deve ser uma grande mágoa e se o excluíram praticamente, a pessoa... [...] não se aproveita bem o lado bom dessa pessoa” (P2:3)</p>
Falta de oportunidades	<p>“neste momento, a minha perspetiva é que o mercado de trabalho, pelo menos cá, não dá grandes ofertas de integração e de trabalho a pessoas com deficiência intelectual” (P1:1)</p> <p>“não dar sequer a oportunidade de provar que pode fazer ou que consegue” (P3:3)</p>

2. Todos diferentes, todos iguais

2.1. Visão positiva da pessoa com deficiência intelectual

Não são inferiores	<p>“quando penso nessas pessoas eu penso em pessoas, não inferiores a nós, mas que têm outras potencialidades que não as nossas” (P4:2)</p>
Podem desenvolver-se	<p>“se adaptarmos os trabalhos e não exigirmos demasiado a essas pessoas, se calhar eles próprios, passo a passo, vão conseguir evoluir” (P2:1)</p> <p>“é como em todas as pessoas que entram para uma área profissional nova, não estão habituadas, levam tempo a habituar-se e a realizar a atividade profissional com celeridade e eficiência, lá está, mas se já sabemos que são pessoas que vão levar mais algum tempo a conseguir desenvolver essas capacidades” (P1:1)</p> <p>“Se as pessoas não se sentirem motivadas e não sentirem que são capazes, nunca vão evoluir, esse comportamento também é como as pessoas que não têm essas deficiências intelectuais” (P6:1)</p> <p>“há deficiências intelectuais menos graves que, enquanto por exemplo nós podemos estar a ler um texto duas vezes e a informação reter, se calhar essas pessoas terão que ler 10 vezes, mas que algumas são ultrapassáveis, lá está, com esse esforço e com esse acompanhamento” (P5:2)</p> <p>“existem vários caminhos [...] em que essas pessoas podem ter uma carreira brilhante” (P3:2)</p> <p>“eu acho que essas pessoas desenvolvem, na mesma, algumas aptidões para estar na sociedade” (P5:2)</p>

<p>Podem continuar os estudos e arranjar um trabalho</p>	<p>“se vejo as pessoas a continuar os estudos e a arranjar um trabalho, puxando o ponto de vista dele de ainda há bocado de começar no ensino, é-lhes dado o conforto necessário para acabar o ensino obrigatório, acho que o objetivo é fazer com que eles acabem o ensino obrigatório porque lá está, é obrigatório, mas se fosse dado o ensino certo durante esse ensino obrigatório e os estímulos certos se calhar era melhor, se calhar eles tinham mais capacidades para efetivamente continuar os estudos [...] E sim, quanto ao trabalho eu concordo plenamente” (P5:1)</p> <p>“eu tinha uma colega na primária e [...] ela também andava no ensino especial a ser acompanhada [...] e, entretanto, ela foi para o ensino superior e agora está... tirou... pronto, é a área das artes outra vez e já arranjou trabalho e tudo mais, mas pronto, foi na área em que ela foi estimulada e não noutras áreas em que facilitavam as coisas, mas também não que fizessem com [...] que ela ganhasse gosto por aquilo ou..., mas sim, são capazes” (P3:1)</p> <p>“se for feita uma avaliação em que a pessoa não se consegue por exemplo continuar pelos os estudos a nível académico, há sempre a opção de criar cursos profissionais especializados para treinar essas pessoas, procurar-lhes uma profissão e, como eu disse há bocado, integrá-los na sociedade” (P1:1)</p> <p>“claro que sim” (P2:2) em resposta à pergunta “imaginam estas pessoas a prosseguir os estudos para além do ensino obrigatório ou a arranjar algum trabalho?” (M)</p> <p>“eu tenho um amigo com uma deficiência intelectual que depois de passar muito tempo no ensino secundário a tentar fazer os exames conseguiu seguir o sonho, a vontade dele e entrar num conservatório de música, e pronto, está a ser bem-sucedido, a dar concertos e continua... tenho outro amigo que não tem uma deficiência intelectual tão grave, mas que ainda assim está no ensino superior” (P3:2)</p> <p>“eu tenho um familiar meu afastado que tem síndrome de Down – daí a pergunta que eu fiz inicialmente – e, por opção dele, não quis estudar mais e na altura era até ao 9º ano, acabou o 9º ano e tem um emprego, pronto, como as outras pessoas, não sei, com um horário fixo, acho que é das 9 às 5” (P4:2)</p> <p>“arranjar um trabalho sim, imagino, mas não querendo ser... (P2: maldoso) ... sim, não querendo ter segundos significados ou... talvez não consigam, tendo em conta a exigência do ensino superior, continuar os estudos de algum modo, não sei, ou talvez haja cursos indicados ou..., mas não tenho conhecimento disso” (P1:3)</p> <p>“consigo vê-los no mundo do trabalho, perfeitamente” (P3:3)</p> <p>“eu vejo tanta possibilidade no académico como no profissional” (P4:3)</p>
<p>Têm direitos</p>	<p>“todas as pessoas que possuem ou que têm deficiências intelectuais têm todo o direito de arranjam algum tipo de emprego e prosseguirem os estudos” (P6:1)</p> <p>“[apesar das diferenças] é preciso [...] empregá-las na mesma” (P5:1)</p> <p>“essas pessoas também têm direitos e também têm direito a trabalhar, a receber o seu ordenado e também são capazes, quer dizer, dependendo do grau, bem, não sei, mas não são incapazes de todo de conseguirem fazer uma vida normal, dita normal, em comparação às outras pessoas, eu acho que têm</p>

	<p>o direito de ter tudo, e as outras pessoas também têm o dever de conseguir garantir isso” (P3:1)</p> <p>“estas pessoas estão a ser discriminadas e que têm os mesmos direitos que os outros” (P4:1)</p>
Existem trabalhos adequados para PDI	<p>“se há trabalhos para todos também acredito que existam trabalhos designados para pessoas com deficiências intelectuais, até mesmo que, volto a repetir, se já foram adaptados os trabalhos, como tu disseste, se já foram adaptados os trabalhos a pessoas deficientes visuais ou motoras, porque não conseguir trabalhos adaptados a deficientes intelectuais? É questão de ser trabalhado e de abrir novas oportunidades” (P3:1)</p> <p>“acho que estas pessoas precisam mesmo de alguém que lhes explique e que as acompanhe sempre e acredito que aconteça em imensos sítios, acredito que há sítios que estão preparados e que aceitam este tipo de deficiência” (P4:1)</p> <p>“depende lá está, do tipo de trabalho, mas isso pronto, já falámos sobre isso, mas sim, é preciso ter consciência de que é preciso tirar tempo para as integrar” (P5:1)</p> <p>“trabalhos com menos carga intelectual, não trabalhos menos dignificados do que outros, isso vem na escala de valores de trabalho, não é, mas trabalhos onde a deficiência, o défice deles não seja tão evidente e tão..., não pode ser, pode ser mas não convém que seja uma atividade com muita carga intelectual, por exemplo, música, parte da arte, parte do trabalho mais físico, parte do desporto, no caso de não vir acompanhado de uma deficiência motora também, mas existem vários caminhos onde se calhar não são os mais desejados mas na sociedade de hoje mas em que essas pessoas podem ter uma carreira brilhante” (P3:2)</p> <p>“onde seja não seja necessariamente testar as suas qualidades a nível social, intelectual, sei lá, estou a imaginar um trabalho de costura, por exemplo” (P2:2)</p> <p>“acho que aí estavam constantemente a ser testadas e, dependendo da pessoa, isso também as deixava abaixo [...] não interessava tanto colocá-las em postos onde essas qualidades [sociais] iam ser testadas diariamente” (P2:2)</p> <p>“eu acredito que todas as pessoas têm um conjunto de valências, mas há sempre aquelas valências que se calhar uma pessoa tem mais desenvolvidas, e eu acho que parte também da entidade empregadora, nestes casos, tentar também que está bem, o indivíduo não pode, com esta deficiência motora, assumir esta função, mas se calhar, dentro da empresa, até pode ser que haja outras funções onde possa ser inserido” (P4:2)</p> <p>“se calhar a dificuldade é essas pessoas se integrarem nesse tipo de profissões, se calhar aquelas que são mais ajustadas a elas poderão ser trabalhos mais práticos que não estejam tão relacionados com a área intelectual, mas que eles tenham desenvolvido, por não terem desenvolvido essa parte” (P5:2)</p> <p>“depende também do grau da deficiência de que estamos a falar, há casos em que por exemplo a pessoa tem surdez, mudez, cegueira, que são deficiências também incapacitantes que se calhar essas pessoas não têm tantas possibilidades de trabalhar, mas pode haver outras atividades que a</p>

	<p>sociedade pode arranjar pra que elas possam ser integradas, a música por exemplo, eu conheci uma rapariga que nasceu com cegueira e ela tocava violino perfeitamente, chegou a tocar também num coro e eu acho que depende um pouco de como a sociedade olha para esses indivíduos e de como a sociedade os quer integrar” (P4:2)</p> <p>“eu acho que o que devia haver era se calhar tentar estimular pessoas particulares para começarem a desenvolver aquelas atividades que são muito pouco apostadas, como o artesanato, por exemplo, pronto, a costura, como já referiste, os doces tradicionais e essas atividades mais tradicionais [...] eu acho que se calhar devia haver incubadoras em que uma parte das pessoas que fossem empregadas nisso fossem pessoas com essas deficiências intelectuais, mas que, no fundo, essas empresas não fossem tão focadas para obter lucro, mas sim para subsistir, que é diferente, trabalhar para subsistir é diferente de trabalhar para obter lucro e acho que se pensássemos em empresas que fossem trabalhar só para subsistir eu acho que assim conseguíamos que essas pessoas fossem integradas na sociedade e conseguíamos desse modo conjugar os valores” (P4:2)</p> <p>“essas pessoas com dificuldades intelectuais se calhar dar-se-iam melhor no setor primário e no setor secundário, setor agrícola e setor da indústria, do que num setor que no mercado de hoje tem um maior valor e milhões em dinheiro e em dimensão, é o setor terciário, e as atividades desse setor são normalmente atividades intelectualmente pesadas” (P3:2)</p> <p>“vertentes mais artísticas” (P4:2)</p> <p>“procurar o sector em que ela se enquadrará melhor” (P2:2)</p> <p>“se calhar a pessoa nem é boa nesta atividade, mas depois de estar a trabalhar com a empresa eles depois até percebem que a pessoa pode trabalhar noutra sector dentro da empresa” (P4:2)</p> <p>“adaptação a áreas de interesse e de, vamos dizer, áreas mais simples, mas digo a nível cognitivo áreas mais simplificadas, mais manuais, mais práticas, digamos” (P3:3)</p> <p>“porque eles podem desenvolver mais uma capacidade do que outra, e ter aptidão para certas funções, não sei, conforme se calhar têm uma descompensação ao nível intelectual terem aptidão para (P1: coisas mais práticas), sim, coisas mais práticas” (P2:3)</p> <p>“se calhar mais em lojas ou servir restaurantes, mas tal como muitos dos meus outros colegas, que é onde mais facilmente encontram trabalhos, a curto prazo, digamos” (P3:3)</p> <p>“num café ou numa caixa de supermercado, a pessoa tem que, não precisa tanto desse lado intelectual, precisa mesmo é de civismo e de saber falar com o cliente” (P2:3)</p>
Podem contribuir	<p>“pessoas que se tiverem a orientação certa e pronto, se tiverem um plano certo que também podem dar um contributo” (P4:2)</p> <p>“essas pessoas poderão ter muito para mostrar” (P5:2)</p> <p>“elas fazem parte da nossa sociedade na mesma e podem contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da nossa sociedade” (P2:2)</p>
Podem ter características	<p>“foi várias vezes elogiado por ser uma pessoa responsável, uma pessoa que cumpre os horários, uma pessoa que pronto, que sabe impor algum respeito,</p>

valorizadas no mercado de trabalho	<p>que sabe pronto, que sabe lidar com os contratemplos que podem ocorrer no dia-a-dia” (P4:2)</p> <p>“acho que um centro de emprego, qualquer coisa assim, que contratem alguém, por exemplo, pelas suas notas, pelas suas classificações académicas, não olhando muito a outras partes, acho que essa empresa, esse empregador, está a fazer um péssimo trabalho” (P2:2)</p> <p>“se calhar podem dizer que contratar uma pessoa com deficiências intelectuais potencializa mais riscos do que uma pessoa que não tem essas ditas deficiências intelectuais, mas eu acho que quer num caso, quer noutra, há riscos, há princípios como a confiança, a lealdade que por mais que, acho que se uma pessoa, tenha ou não tenha deficiências psíquicas que isso não tem nada a ver, uma pessoa pode ter por exemplo, deficiências psíquicas e pode ser uma pessoa leal, uma pessoa de confiança, e acho que o risco existe sempre” (P4:2)</p> <p>“o problema era mesmo esse, imagina alguém com deficiência intelectual conseguiu um emprego numa caixa de supermercado e a pessoa está a pôr lá as compras, e ele está a passar e engana-se a fazer as contas, por exemplo, é esse o problema, de resto, tipo, se souber comunicar com o cliente e com os gerentes e com o resto dos colegas... o problema é mesmo a tarefa” (P2:2)</p>
------------------------------------	---

2.2. (In)formar a sociedade

Falta de (in)formação acerca da deficiência intelectual	<p>“se calhar devia haver um bocadinho mais advertência às situações das pessoas” (P2:1)</p> <p>“há pouca informação para as pessoas, para saber onde é que podem, onde é que pessoas com vários tipos de deficiência podem ser ajudadas” (P4:1)</p> <p>“não sei o que é que eu pensava quando tinha 10 anos, mas se calhar fazia-me um bocado afastá-la e discriminá-la na minha inocência e ignorância do que estava a fazer, mas só pelo simples facto de ela ser uma pessoa diferente e nós não termos se calhar informação suficiente para saber que se calhar podíamos... não sei...” (P2:1)</p> <p>“para minimizar essa intolerância que existe no local de trabalho, tem de começar desde a infância, na educação, habituar as crianças a saberem que há pessoas que não são como elas, que são diferentes, essas diferenças não quer dizer que as tornem menos capazes, e haver esse contacto desde o início com pessoas com deficiência intelectual ou outra deficiência vai ajudar para que no futuro tenham uma mentalidade mais aberta” (P1:1)</p> <p>“eu acho que concordamos todos que [a integração de pessoas com deficiência intelectual] tem de partir da educação, (P4: educar a sociedade) de educar a sociedade” (P2:1)</p> <p>“os representantes dessas pessoas também têm de agir em campanhas de sensibilização de alguma maneira ou de outra [...] acho que é preciso dar conhecimento de que estas pessoas existem” (P2:1)</p> <p>“acho que é o mais importante, é dar a conhecer as informações, arranjar mecanismos para os inserir” (P2:1)</p> <p>“a família também entra por aí a ser educada e acompanhada por alguém e ser devidamente instruída para lidar com essas crianças e com esse tipo de patologias e dificuldades” (P6:1)</p>
---	--

	<p>“a semente do mal vai ser sempre a falta de informação, a falta de informação que não faz com que haja ensinamento e, se não há ensinamento, as pessoas vão continuar a ter a mente fechada para essas situações, tanto como nós teríamos a mente fechada se não tivéssemos escola para biologia, sei lá, tudo o que nós aprendemos foi porque nos deram a aprender, senão nós também não o íamos fazer sozinhos” (P2:1)</p> <p>“eu acho que há muito desconhecimento relativamente à deficiência, por isso eu acho que também um primeiro passo seria uma maior informação às pessoas porque eu acho que às vezes há um certo preconceito e muitos estigmas e muitos mitos que se calhar não existem, mas que, por desconhecimento, isso poderá levar a que essas pessoas sejam afastadas, não sejam integradas” (P5:2)</p> <p>“passa tudo pela informação, quanto mais informadas as pessoas, as famílias estiverem... informação é poder ao fim e ao cabo, quem tem a informação tem o poder de agir sobre a informação que possui de modo a tentar mudar o que existe, passa tudo por aí” (P1:2)</p> <p>“acho que falta formação para as pessoas que vão ter essa pessoa numa empresa (P3: também) ou num local de trabalho qualquer, por exemplo, tal como os colegas e os professores e a família deve ter esse tipo de formação, acho que no local de trabalho também deve existir” (P4:3)</p>
<p>Participantes tiveram dificuldade em definir deficiência intelectual</p>	<p>“E deficiência pode ser... pronto, pessoas com menos capacidades e também, por exemplo, pessoas como os autistas que têm demasiada capacidade como as outras pessoas que também precisam de tratamento especial e isso também...” (P2:1)</p> <p>“tanto pessoas que podem ter um bocadinho mais de dificuldades e pronto não têm o nível normal de uma pessoa diligente, mas também outras pessoas que, a meu ver, podem até ser um bocadinho mais desvalorizadas por isso, eu estou a dar o exemplo dos autistas porque acho que é uma categoria de pessoas com deficiências psicológicas que é um bocado desvalorizada, porque eles realmente são pessoas bastante inteligentes que têm uma capacidade superior às outras mas que são bastante mal compreendidos porque lá está são demasiado inteligentes mas faltam-lhes capacidades por exemplo sociais, não conseguem estar assim tão bem com as pessoas socialmente” (P2:1)</p> <p>“eu, por exemplo, tenho um familiar que é autista e ela insere-se bem a nível... não bem, é só quando está com a família é normal, mas depois quando chega uma pessoa que já não é conhecida ela isola-se completamente e muda completamente e nem parece a mesma pessoa” (P3:1)</p> <p>“Honestamente, vem-me à ideia assim uma imagem do género algum lar de idosos só que com pessoas, em vez de idosos, pessoas com as mesmas desabilidades, por exemplo, motoras, de locomoção, e pessoas a tratar deles, pronto, assim alguma coisa mais a ver com deficiências motoras e pessoas muito dependentes de cuidado e, cuidado nomeadamente, de enfermeiras, mesmo até em termos da medicação tomada, da regulação das suas rotinas, questões mais relacionadas com isso” (P1:2)</p> <p>“eu tenho um familiar meu afastado que tem síndrome de Down – daí a pergunta que eu fiz inicialmente” (P4:2)</p>

<p>Mentalidade das pessoas tem más consequências para as PDI</p>	<p>“eu acho que as pessoas, quando se estereotipa alguém como deficiente, as pessoas nem tentam, não há apoios, não tentam perceber, colocam tudo no mesmo saco, vá, até de ensino especial e acho que não dedicam tempo, arranjam um professor ou assim para o ensino especial, mas não é dado o apoio necessário, não se tenta realmente ajudar essas pessoas a se integrar normalmente, normalmente dentro do possível” (P5:1)</p> <p>“já experienciei muitas vezes e muitas pessoas têm uma mentalidade que “ah, são pessoas deficientes, não conseguem se integrar na sociedade, são uma percentagem até reduzida da população, não vale a pena darmos atenção suficiente porque eles não vão contribuir em nada”, por isso muitas pessoas optam por pô-las em casas de acolhimento ou casas especializadas para os tratar e pronto, vivem a vida delas com conforto mas nunca se dedicam a integrá-las, tentar estimulá-las a desenvolver uma arte ou um engenho ou algo em que eles se consigam integrar na sociedade e conseguir ter uma vida própria e conseguirem até autossustentar-se” (P1:1)</p> <p>“acho que falta um apoio, uma estrutura mais funcional para os integrar nessa, pronto, nessas etapas, e que, efetivamente, nos dias de hoje, ou então ainda hoje não existem e acho que também passa um pouco pela mentalidade das pessoas” (P6:1)</p> <p>“há pessoas que aceitam, já tinha referido, têm uma mente mais aberta, não veem problemas, outras pessoas veem como se fosse... não uma competição mas que não vai trazer grande produtividade à empresa ou ao local de trabalho, é muitas vezes isso que acontece, e depois há discriminação, há o mau ambiente que se gera até no próprio local de trabalho, pessoas maltratam as pessoas com deficiência intelectual, e depois pela frustração ou estar farto de ser discriminado as pessoas fartam-se e muitas vezes fazer com que sejam despedidas por falta de desempenho” (P1:1)</p> <p>“a semente do mal vai ser sempre a falta de informação, a falta de informação que não faz com que haja ensinamento e, se não há ensinamento, as pessoas vão continuar a ter a mente fechada para essas situações, tanto como nós teríamos a mente fechada se não tivéssemos escola para biologia, sei lá, tudo o que nós aprendemos foi porque nos deram a aprender, senão nós também não o íamos fazer sozinhos” (P2:1)</p>
--	--

2.2.1. Sistema condenado

<p>Falta de condições de aprendizagem e formação</p>	<p>“não há professores que estejam preparados ou tão bem preparados para receber esses alunos. Eu acho que devíamos criar mais condições para que eles fossem melhor instruídos, digamos assim” (P6:1)</p> <p>“nas escolas se calhar não davam assim tanto apoio... há sempre aquelas professoras, que são professoras de educação especial, se não me engano isso existe, dão apoio, mas se calhar não o suficiente porque as pessoas, pelo que eu acho” (P2:1)</p> <p>“certamente não há escolas para vários tipos de deficiências em todos os sítios, só que mesmo que uma pessoa do interior... não estou a dizer que no interior não há, mas uma escola mais especializada para pessoas com deficiência os custos são muito elevados” (P4:1)</p> <p>“arranjam um professor ou assim para o ensino especial, mas não é dado o</p>
--	---

	<p>apoio necessário” (P5:1)</p> <p>“é mesmo o estímulo que é preciso de horas de dedicação, de professores de ensino especial, mas às vezes é difícil, há falta de técnicos, de professores e como são de uma área muito especializada exige muitos recursos e até muita dedicação. Muitas pessoas também não se querem dedicar a essa área porque não têm vontade” (P1:1)</p> <p>“é-lhes dado o conforto necessário para acabar o ensino obrigatório, acho que o objetivo é fazer com que eles acabem o ensino obrigatório porque lá está, é obrigatório, mas se fosse dado o ensino certo durante esse ensino obrigatório e os estímulos certos se calhar era melhor, se calhar eles tinham mais capacidades para efetivamente continuar os estudos” (P5:1)</p> <p>“se não estou em erro as pessoas portadoras de deficiência têm direito ao contingente para entrar no ensino superior e a partir daí... até ao secundário podem ter acesso ao ensino especial e a partir ensino superior acho que já não há nada disso, acho que é algo que também está em falta, porque se mostram certas dificuldades de aprendizagem até ao ensino obrigatório [murmúrios de concórdia sobre as dificuldades não desaparecerem no ensino superior]” (P4:1)</p> <p>“entretanto ela foi para o ensino superior e agora está... [...] pronto, é a área das artes outra vez e já arranjou trabalho e tudo mais, mas pronto, foi na área em que ela foi estimulada [...], e não noutras áreas em que facilitavam as coisas; mas também não que fizessem com que ela se esforçasse e que... não é esforçasse... em que ela ganhasse gosto por aquilo ou..., mas sim, são capazes, não sei se falta algum apoio a mais ou...” (P3:1)</p> <p>“eu diria também que isso é porque causa do nosso sistema de ensino, também não dá grande oferta de cursos ou de profissionais para estimular e treinar essas pessoas para se integrarem no mercado de trabalho” (P1:1)</p> <p>“já convivi com pessoas dessas e sinto que elas têm opções como ensino especial, mas também sinto que muitas vezes essas opções não lhes dão uma idealização de futuro segura o suficiente, ou seja, eles pensam que ao entrar no ensino especial, e daí a maior parte das pessoas que eu conheci com deficiência intelectual estarem no ensino normal, porque acham que no ensino especial não vão conseguir fazer vida, que não vão conseguir ter uma carreira e adaptar-se” (P3:2)</p> <p>“se calhar muitas vezes não se conseguem integrar da mesma forma que as outras pessoas, não sei, mesmo na escola e assim, mas isso não significa que sejam diferentes de nós, só que às vezes se calhar as coisas não estão feitas para essas pessoas, e por isso elas poderão sentir-se mais marginalizadas” (P5:2)</p> <p>“reforçar a primeira inserção nas atividades, acho que era útil, ou talvez já focalizar ou encaminhar essas crianças, crianças pronto, essas pessoas, começa em crianças pronto, mas para esse tipo de atividades onde elas mostram interesse e haver uma educação mais focalizada nessas aprendizagens do que talvez em temáticas que nós aprendemos e que, para mim não me serviu de nada, provavelmente para essas pessoas que não querem seguir os estudos também não vai servir, acho que por aí também era útil, acho que não há muito isso de adequar o estudo ou a evolução</p>
--	---

	educacional ou até mesmo o trabalho da pessoa para aquela atividade em específico, mais reforçada, não sei se há isso e se há esse tipo de...” (P3:3) “elaborar planos curriculares específicos” (P1:3)
Discriminação na escola e no local de trabalho	<p>“não sei o que é que eu pensava quando tinha 10 anos, mas se calhar fazia-me um bocado afastá-la e discriminá-la na minha inocência e ignorância do que estava a fazer, mas só pelo simples facto de ela ser uma pessoa diferente e nós não termos se calhar informação suficiente para saber que se calhar podíamos... não sei...” (P2:1)</p> <p>“Eu acho que, mesmo quando nós somos pequenos e andamos na escola eles tentam separar um pouco os deficientes intelectuais dos diga-se normais, entre aspas, por não se enquadrarem na mesma linha de desenvolvimento, diga-se assim... eu acho que se eles conseguissem arranjar forma de estarmos todos juntos e ao mesmo tempo cada um ter uma, de forma a nos habituarmos e de acabar com o preconceito, e se nos ensinassem a saber lidar com essas pessoas, já era uma preparação para o futuro e que ia ajudar e reduzir, outra vez, essa coisa da discriminação” (P3:1)</p> <p>“as minhas ideias também vão ao encontro dessas dificuldades de comunicação, tanto mais pelo preconceito gerado pelos colegas, pronto o preconceito é sempre difícil de evitar e pronto, também seria utópico pensar num mundo em que não haveria algum preconceito, haverá sempre uma barreira de comunicação muito difícil de ultrapassar” (P1:1)</p> <p>“há pessoas que aceitam, [...] têm uma mente mais aberta, não veem problemas, outras pessoas veem como se fosse... não uma competição, mas que não vai trazer grande produtividade à empresa ou ao local de trabalho, é muitas vezes isso que acontece, e depois há discriminação, há o mau ambiente que se gera até no próprio local de trabalho, pessoas maltratam as pessoas com deficiência intelectual” (P1:1)</p> <p>“para minimizar essa intolerância que existe no local de trabalho, tem de começar desde a infância, na educação” (P1:1)</p> <p>“acho que um centro de emprego [...] que contrate alguém, por exemplo, pelas suas notas, pelas suas classificações académicas, não olhando muito a outras partes, acho que essa empresa, esse empregador, está a fazer um péssimo trabalho. Se de repente me aparecesse alguém com uma deficiência intelectual que fosse a melhor pessoa a fazer croissants e eu tivesse uma pastelaria, eu não ia pensar duas vezes” (P2:2)</p> <p>“pode haver algum tipo de discriminação, até quando o trabalho dele está influenciado por outro ou está a influenciar o trabalho de outro, se calhar aí pode haver mais um tipo de interferência” (P3:3)</p>

2.2.2. Responsabilidade partilhada

Responsabilidade de todos	<p>“uma coisa que aqui ainda não se falou, assim diretamente, é também porque essas pessoas também têm direitos e também têm direito a trabalhar, a receber o seu ordenado e que também são capazes, quer dizer, dependendo do grau, bem, não sei, mas não são incapazes de todo de conseguirem fazer uma vida normal, dita normal, em comparação às outras pessoas, eu acho que têm o direito de ter tudo, e as outras pessoas também têm o dever de conseguir garantir isso” (P3:1)</p>
---------------------------	---

	<p>“acho que a sociedade em si já é um obstáculo, talvez pelo modo como as pessoas pensam, ainda hoje em dia, acho que tem de haver assim uma renovação deste pensar, daí ser importante começar a discutir, debater temas deste género mais cedo, para as pessoas se aperceberem que isto é um problema mais cedo e que não é apenas um problema do outro, pode ser um problema do meu irmão um dia, pode ser um problema de um filho meu” (P2:2)</p> <p>“acho que é preciso [...] uma intervenção e um fora do tabu porque acaba por ser um tabu a deficiência, não é uma coisa que venha a conversas e que nós discutamos todos os dias amigavelmente, quanto mais que há pessoas envolvidas diretamente e todas elas têm uma opinião, é preciso quebrar o tabu” (P3:2)</p> <p>“todos nós devemos, temos o dever de intervir e de ajudar” (P5:2)</p>
Organizações	<p>“a partir do momento em que as empregamos é preciso realmente tirar tempo, é um processo que demora tempo e é um processo adaptativo, que é preciso, pronto, emprega-las na mesma, depende lá está, do tipo de trabalho” (P5:1)</p> <p>“o que eu acho que ainda se tem de fazer para ajudar as pessoas a integrar-se é haver paciência” (P1:1)</p> <p>“Sensibilização e proteção, para mim. Sensibilização para dar a conhecer todas as condições adversas e favoráveis, e depois, proteção, sistemas de tutela para as pessoas que estão lá não serem vítimas de discriminações e nada acontecer, acho que o mais importante são essas, tal como os sindicatos de cada profissão, o que fazem é proteger, acho que é o mais importante, é dar a conhecer as informações, arranjar mecanismos para os inserir e se essas coisas não acontecerem, sinceramente, acho que têm de ter meios que o façam acontecer...” (P2:1)</p> <p>“as empresas não podem ser desresponsabilizadas” (P5:2)</p> <p>“acho que vale a pena as empresas reservarem uma parte do seu recrutamento, se querem chamar assim, dita ‘à experiência’ para conseguir perceber onde é que essas pessoas se conseguem inserir melhor dentro da estrutura da empresa” (P4:2)</p> <p>“a pessoa que está a recrutar não se deve cingir apenas ao que a pessoa aprende, também deve tentar perceber se ela num contexto diferente podia trabalhar, podia render mais, acho eu que deve ser assim, porque uma pessoa dita normal se calhar tem mais aptidão para umas coisas do que essas pessoas, mas isso não invalida que seja em tudo igual, porque lá está, eu acredito que todas as pessoas têm um conjunto de valências, mas há sempre aquelas valências que se calhar uma pessoa tem mais desenvolvidas” (P4:2)</p> <p>“pronto, nós estarmos aqui a falar ‘aquele discriminou aquele’, mas pronto fica por aí e portanto, nessas organizações tem de se realmente expor essa situação e resolvê-la de uma maneira que seja o exemplo para que não volte a acontecer” (P2:2)</p>
Famílias	<p>“eu acho que é sobretudo apoiar e motivar e fazer com que essas pessoas se sintam bem com elas próprias” (P6:1)</p> <p>“o papel das famílias [...], na minha opinião, é apoiá-las, fazer sentir que</p>

	<p>elas, pronto, são diferentes, mas não são assim tão diferentes que não consigam fazer as coisas que os outros também fazem, tentar enquadrá-las e dizer “não, tu és capaz de fazer isto como os outros ou de uma forma parecida até, se não conseguires desta forma, talvez consigas de outra, se não és boa nisto, és boa noutra coisa qualquer, como as outras pessoas todas” mas enquadrá-las na sociedade e fazê-las perceber que pronto, vai ser difícil mas vai acontecer” (P3:1)</p> <p>“que a família não deve obrigar a fazer uma coisa que realmente eles não se sentem confortáveis a fazer, mas sim procurar com eles ou ajudá-los a encontrar alguma coisa em que eles se sintam confortáveis e em que possam ter um futuro” (P3:1)</p> <p>“as famílias também, para além das organizações que lidam com isso, também têm que tentar integrar a pessoa no mundo real, mostrar que nem tudo é facilitado ou nem toda a gente vai perceber e compreender que a pessoa por ter certas limitações tem que ter, não são benefícios, mas que tem de ter... que ela também tem que se enquadrar um pouco ao mundo real e que não o mundo tem que se enquadrar tanto a ela” (P4:1)</p> <p>“antes da escola tem de vir a família [...] mas em casa e qualquer pessoa que eu já tenha visto que tinha algum tipo de deficiência, aqueles que são apoiados em casa têm sempre um desenvolvimento diferente, e acho que os pais têm um papel muito importante nesse desenvolvimento contínuo da pessoa até um certo ponto, e a escola vai ter um papel importante, mas quando a escola um dia acabar, a casa ainda vai estar lá e a casa vai continuar a tentar desenvolver a pessoa portanto acho que a casa é bastante importante aí, família...” (P2:2)</p> <p>“eu acredito sempre que as pessoas são resilientes, ou seja, as pessoas que podem estar destinadas a algo, mas elas têm uma capacidade de interferir que as permite superar isso, eu acho que se a família puder ajudar, a família é um pilar, é um suporte para que isso aconteça” (P4:2)</p> <p>“a família é sempre um fator decisivo, até porque pode haver alguma família que ao contrário de fornecer esse suporte emocional e conseguir projetar nos futuros projetos do filho, apoiar o filho com a sua deficiência intelectual em todas as suas ambições, tentar conciliar com a escola todas essas tarefas, pode haver famílias por outro lado até que, pronto, consigam chegar ao ponto de negligenciar o filho” (P1:2)</p> <p>“procurar o apoio indicado para o desenvolvimento da pessoa que sofre esta deficiência” (P2:3)</p> <p>“sobretudo aceitá-la como ela é” (P1:3)</p> <p>“procurar a ajuda necessária” (P4:3)</p> <p>“incentivar a pessoa a fazer aquilo em que ela é boa” (P2:3)</p> <p>“a família é importante para ajudar a que isso [a rejeição] seja relativizado e que sigam em frente, continuem a fazer o que gostam, independentemente dos comentários ou das ações que os outros possam ter para com essa pessoa” (P1:3)</p> <p>“um bom ambiente familiar com a prestação de apoios e necessidades que essas crianças precisam tanto em crianças como na vida adulta, porque pronto há, a nível de deficiência que requer um apoio familiar mais</p>
--	---

	presente e constante, acho que pronto, é o que se pode pedir...” (P3:3)
Estado	<p>“acho que tem de pura e simplesmente ter em atenção que esse grupo, até mesmo para a produtividade do país tem de ser, tem de ter postos adaptados, acho que é só” (P2:1)</p> <p>“mas uma maneira de melhorar ou de promover a integração destas pessoas seria por exemplo o apoio do estado a empresas, de modo a promover o emprego a pessoas com deficiência” (P4:1)</p> <p>“se eles conseguissem arranjar forma de estarmos todos juntos e ao mesmo tempo cada um ter uma, de forma a nos habituarmos e de acabar com o preconceito, e se nos ensinassem a saber lidar com essas pessoas, já era uma preparação para o futuro e que ia ajudar e reduzir, outra vez, essa coisa da discriminação” (P3:1)</p> <p>“E também acho que depende também da ajuda do estado e de outras entidades, não é, nem que seja em termos de remuneração ou em termos de benefícios fiscais às empresas que façam esse esforço acrescido” (P4:2)</p> <p>“a empresa não vai estar interessada muitas vezes em caridade se isto não lhe disser algo, ou seja, nem é algo que vai partir, não tem que necessariamente partir de todos os patrões oferecerem-se a abrir um posto de trabalho para alguém com certas deficiências, agora, lá está, com outro tipo de apoios isto ia ser uma situação bastante possível, à qual a empresa também podia vir a ganhar muito com isso e pronto, e a pessoa em si ia ganhar um pouco com isto” (P2:2)</p>
Escola	<p>“para minimizar essa intolerância que existe no local de trabalho, tem de começar desde a infância, na educação, habituar as crianças a saberem que há pessoas que não são como elas, que são diferentes, essas diferenças não quer dizer que as tornem menos capazes, e haver esse contacto desde o início com pessoas com deficiência intelectual ou outra deficiência vai ajudar para que no futuro tenham uma mentalidade mais aberta, já estão habituadas a lidar com pessoas assim diferentes, no local de trabalho quando encontrarem outra vez um caso desses facilite e até motive a ajudar, e assim até é mais fácil de se integrarem no local de trabalho” (P1:1)</p> <p>“eu acho que tudo começa se calhar no berço que é a escola, a escola é o berço da sociedade, eu acho que a forma como o cidadão irá olhar amanhã para essas pessoas começa na escola precisamente, eu acho que se calhar, pensando neste caso e noutros temas que há a ver com isso, acho que se calhar está na altura haver uma verdadeira formação cívica nas escolas, uma disciplina que debata mesmo estes temas: a integração de pessoas com deficiência física, integração de pessoas que tenham orientações sexuais, orientações políticas ou orientações clubísticas ou outro género de orientações que, pronto, não é, educação [...] para que elas sejam aceites, eu acho que também deve começar pela escola, é na escola que deve tudo começar” (P4:2)</p> <p>“concordo até que devesse haver uma disciplina, por exemplo a moral, não sei se ainda existe, devia haver assim uma disciplina mais virada para debater estes assuntos, não para tirar conclusões, mas para pôr as pessoas a pensar desde cedo nisto” (P2:2)</p> <p>“elaborar planos curriculares específicos” (P1:3)</p>

	<p>“treinar, entre aspas, a pessoa” (P2:3)</p> <p>“eu acho que a escola tem um papel fundamental na triagem, por assim dizer, ou seja, a escola tem um papel decisivo porque à partida acompanhou essa pessoa desde uma idade precoce até, podemos dizer, até aos 18 e, portanto, terá informações muito úteis em dizer ‘esta pessoa não capaz de fazer x, y e z, mas desempenha muito bem atividades deste tipo e deste’” (P4:3)</p> <p>“já mesmo durante o ensino tipo básico e assim, começar nesse tipo de atividades, que eu vi isso acontecer na minha escola, as minhas colegas com deficiência, elas faziam trabalhos por exemplo, no bar, na papelaria, mas eram áreas que elas demonstravam interesse, tipo, trabalhos mais práticos que elas se mostravam muito mais produtivas e muito mais incentivadas do que na sala a aprender outro tipo de coisas, e acho que foi já uma preparação para outro tipo de trabalhos, tipo aprender a lidar com dinheiro, com fotocopiadoras, com vendas, por exemplo” (P3:3)</p> <p>“nem toda a gente gosta da mesma coisa e nem toda a gente tem jeito para as mesmas coisas, da mesma forma que estas pessoas também não têm, mas é preciso ter em conta as implicações que esta deficiência intelectual vai trazer no mercado de trabalho, portanto a escola deve ainda mais para essas pessoas dizer em que pontos específicos, é que elas têm pontos fortes e pontos fracos como toda a gente” (P4:3)</p>
Participantes	<p>“se não estamos assim tanto dentro das situações, eu acho que vai passar mesmo por não excluirmos essa pessoa e tentarmos informar-nos o máximo que podemos em relação às situações para podermos estar preparados para o que for preciso que a pessoa precise” (P2:1)</p> <p>“e ter lá está tolerância e paciência e tudo mais, e também protegê-los se virmos alguma situação que não seja, que não esteja a ser a melhor, alguma reação de uma pessoa à nossa frente para com uma pessoa deficiente ou não, pronto, com uma pessoa, temos de ser reativos, não podemos ficar simplesmente a olhar e deixar que as coisas aconteçam [...] chamar a atenção às outras pessoas para poderem informar-se sobre as condições e pronto, para não voltar a acontecer, não podemos passar indiferentes” (P2:1)</p> <p>“pedir ajuda a pessoas qualificadas para isso porque também não vamos estar a forçar uma coisa e a tentar arranjar meios que nos parecem bem, que na realidade se calhar nem são enquanto que há pessoas qualificadas para nos ajudar e pronto, para nos dizer, não para nos dizer o que fazer, mas para nos dar uma orientação nesse sentido” (P3:1)</p> <p>“pode ser utilizado o método da distribuição da informação, aquela componente de, lá está, também tem que ser uma pessoa que tenha os recursos para ir tentar falar com o professor, tentar promover alguma ação de formação nas escolas, lá está, tentar distribuir o máximo de informação sobre o tópico que conseguir e suscitar a maior mudança de opiniões possível” (P1:2)</p> <p>“estudantes do ensino superior não têm assim grande poder, só nos podemos dedicar ao voluntariado” (P4:2)</p> <p>“muitas das vezes se calhar começando por fazer voluntariado e tentando</p>

	<p>conhecer um pouco mais disto, poderemos ajudar a também termos mais formação para depois no nosso dia-a-dia poderemos ajudar aqueles que estão mais próximos de nós e sempre que possível também fazer voluntariado” (P5:2)</p> <p>“sentarmo-nos à mesa com a pessoa ou fazermos um inquérito para saber em que é que a pessoa é melhor e ajudar dessa maneira a fazer aquilo em que é bom e aproveitar o máximo da pessoa a nível profissional” (P2:3)</p> <p>“a parte relacional provavelmente seria muito importante” (P4:3)</p> <p>“transmitir confiança à pessoa” (P2:3)</p> <p>“incluir a pessoa” (P4:3)</p>
--	---